



Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD

JOSÉ AUGUSTO CAMPOS NETO

**USO E OCUPAÇÃO DO SOLO COMO FATOR DE PRODUÇÃO
DE GERAÇÃO DE RIQUEZA E A DEGRADAÇÃO DO MEIO
AMBIENTE CAUSANDO DANO MORAL**

Brasília, outubro de 2010

JOSÉ AUGUSTO CAMPOS NETO

**USO E OCUPAÇÃO DO SOLO COMO FATOR DE PRODUÇÃO
DE GERAÇÃO DE RIQUEZA E A DEGRADAÇÃO DO MEIO
AMBIENTE CAUSANDO DANO MORAL**

Monografia apresentada ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como requisito para conclusão das atividades programadas pelo módulo Metodologia Científica do curso de pós-graduação Lato Sensu em Direito Administrativo Contemporâneo – STJ.

Orientadora: Prof^ª. Msc. Luciana Luquez

Brasília, outubro de 2010

JOSÉ AUGUSTO CAMPOS NETO

**USO E OCUPAÇÃO DO SOLO COMO FATOR DE PRODUÇÃO
DE GERAÇÃO DE RIQUEZA E A DEGRADAÇÃO DO MEIO
AMBIENTE CAUSANDO DANO MORAL**

Monografia apresentada ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como requisito para conclusão das atividades programadas pelo módulo Metodologia Científica do curso de pós-graduação Lato Sensu em Direito Administrativo Contemporâneo – STJ.

Orientadora: Prof^a. Msc. Luciana Luquez

Brasília, 29 de outubro de 2010

Banca Examinadora

Prof^a. Msc. Luciana de Paiva Luquez

Prof.(a) Dr.(a) Alejandro Gabriel Olivieri

Prof.(a) Dr.(a) Gilson Ciarallo

Dedico essa pesquisa aos meus filhos, aos meus familiares, aos meus amigos e, especialmente, ao mais novo membro da minha família, o meu netinho Júlio Cezar de Oliveira Augusto Júnior.

Agradeço aos meus filhos, pelo amor que desfruto;

Aos meus familiares, pelo incentivo constante;

À Prof^a. Msc. Luciana Luquez, pela orientação, paciência e dedicação
dispensadas na elaboração deste trabalho;

E, finalmente, aos colegas da pós-graduação, pelo conhecimento compartilhado.

Vale lembrar o tão sábio dito: “Deus sempre perdoa; o homem às vezes perdoa; a natureza nunca perdoa”. (*Autor desconhecido*)

RESUMO

Com base em estudo de caso com a população do Município de Uberlândia – MG, atingida pelo uso e ocupação do solo para fins de loteamento urbano, essa pesquisa analisou, com base na doutrina jurídica e na jurisprudência pátrias, o julgamento do Recurso Especial nº 598.281/MG, efetuado pelo Superior Tribunal de Justiça, cujo mérito se concretiza na pretensão do Ministério Público do Estado de Minas Gerais de ver o Município de Uberlândia e a empresa imobiliária condenados por danos morais e patrimoniais, decorrentes de degradação ambiental. O Ministério Público estadual teve seu pedido atendido pelo juízo singular, porém, em reexame necessário, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais reformou a sentença para excluir da condenação o dano moral. Inconformado, o Ministério Público interpôs o recurso especial acima citado, que foi relatado pelo Ministro Luiz Fux. No seu voto, o relator, restabelecendo a decisão de primeiro grau, deu provimento ao recurso especial para condenar os recorridos ao pagamento de dano moral, argumentando para tanto que o meio ambiente possui, na modernidade, valor inestimável para a humanidade, tendo por isso chegado a eminência de garantia constitucional. E mais, que o novel ordenamento constitucional - no que concerne à proteção do dano moral - possibilitou ultrapassar a barreira do indivíduo para abranger o dano extrapatrimonial à pessoa jurídica e à coletividade, podendo assim, co-existir o dano patrimonial e o dano moral. O Ministro Teori Albino Zavascki, designado Relator para o acórdão, porque o seu voto foi o vencedor, negou provimento ao recurso especial. Fundamentou o seu voto dizendo que não parece ser compatível com o dano moral a ideia de interesses transindividuais, porque existe toda uma complexidade de se determinar o sujeito passivo e de se proceder à divisão da reparação. A Ministra Denise Arruda, acompanhando o voto vencedor, ao proferir o seu voto argumentou que ainda que se fosse considerado possível atender ao pedido, melhor sorte não teria o Ministério Público do Estado de Minas Gerais em ver o seu pleito totalmente provido, pois entendeu a magistrada que não restou demonstrado o sofrimento coletivo, pressuposto essencial à comprovação do dano moral ambiental coletivo, segundo a lei.

Palavras-chave:

Danos moral e ambiental. Degradação ambiental. Uso e ocupação do solo.

ABSTRACT

Based on case study with the population of the municipality of Uberlândia - MG, achieved by the use and occupation of land for urban housing development purposes, this research examined, based on legal doctrine and homelands jurisprudence, the judgment of RESP No. 598281/MG, made by the Superior Court of Justice, whose merit is concretized in the intention by the Prosecutor of the State of Minas Gerais to see the city of Uberlândia and a real estate firm convicted of moral and property damages, arising from environmental degradation. The state parquet got his wish by the single judge, however, in the needed review, the Court of the State of Minas Gerais reversed the sentence of condemnation to exclude the moral damage. Dissatisfied, the prosecutor brought the aforementioned special appeal, that was reported by the Minister Luiz Fux. In its vote, the rapporteur, restoring the decision of first instance, provided the special appeal in order to convict the defendants to pay moral damages, arguing that the environment, in modern age, has an inestimable value to humanity, and therefore, have come to eminence of the constitutional guarantee. Further, the constitutional novel - as regards the protection of the moral damage - made possible to transcend the barrier of the individual in order to encompass the moral damage to the corporation and the community, thus being able to co-exist the moral damage and the property damage. The Minister Teori Albino Zavascki, appointed rapporteur for the ruling, because his vote was the winner, dismissed the special appeal. He justified his vote by saying that the idea of moral damages does not seem compatible with transindividual interests, because there is a whole complexity of determining people affected and proceeding to the division of repair. Minister Denise Arruda, following the winner vote, to give her vote, argued that even if it was deemed possible to meet the request, the state prosecutor would not have the best luck in seeing his case fully provided, because the magistrate understood that there was no demonstration of the collective suffering, assumption needed to prove the environmental collective moral damage, according to law.

Keywords:

Moral and property damage. Environmental degradation. Land use and land cover.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 CONCEITO DE LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	14
1.1 Conceito de Meio Ambiente.....	14
1.2 Conceito de Direito Ambiental.....	16
1.3 A origem histórica do Direito Ambiental	17
1.4 Origem e evolução histórica do Direito Ambiental no Brasil	18
1.5 O Direito Ambiental na Constituição Federal de 1988	22
1.6 Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e a nova mentalidade empresarial	25
1.7 Princípios gerais do Direito Ambiental	29
2 RESPONSABILIDADE CIVIL	33
2.1 Responsabilidade e sua divisão	33
2.2 Pressupostos	35
2.2.1 Ação ou omissão.....	35
2.2.2 Dano material	37
2.2.3 Dano moral	39
2.2.4 Nexo causal e seu rompimento.....	40
2.2.5 Dolo ou culpa	42
2.3 Teoria da responsabilidade subjetiva, ou com culpa	44
2.4 Teoria da responsabilidade objetiva, ou sem culpa	45
2.5 Dano moral ambiental coletivo.....	50
3 ANÁLISE DO RECURSO ESPECIAL nº 598.281/MG	56
CONCLUSÃO.....	59
REFERÊNCIAS	62
ANEXO A - VOTO DO MINISTRO LUIZ FUX	64
ANEXO B - VOTO DO MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASKI	66
ANEXO C - VOTO DA MINISTRA DENISE ARRUDA	69
ANEXO D - VOTO DO MINISTRO FRANCISCO FALCÃO	72
ANEXO E - VOTO DO MINISTRO JOSÉ DELGADO	73

INTRODUÇÃO

A economia encontra-se globalizada. Ela está dividida em grandes blocos econômicos e isso nos submete a uma nova ordem mundial. Com o fim da guerra fria, isto é, com o término daquele estado de tensão permanente que existia entre Estados Unidos e União Soviética, tem-se que a batalha agora se trava pelo domínio dos grandes mercados consumidores. Nesse novo cenário, a produção se põe em evidência e a indústria se encontra num ritmo cada vez mais acelerado. Como se sabe, a terra, e aí entenda-se matéria-prima, se constitui num importante fator de produção de geração de riqueza. O homem, quando quer produzir o seu automóvel ou outras espécies de bens de consumo, se utiliza do aço encontrado na natureza. Só que ao retirar da natureza, os insumos de que necessita, ele procede sem o devido cuidado objetivo que tem que ser observado com relação ao meio ambiente e com isso acaba causando-lhe dano. Nessa realidade, um grande desafio se apresenta, para o homem moderno, qual seja, saber como se efetivar a utilização da matéria-prima, extraída do meio-ambiente, sem degradá-lo. Produzir bens de maneira sustentável, num processo de desenvolvimento econômico, sem causar danos ao meio-ambiente é um imperativo que se apresenta ao Estado moderno.

O Estado moderno há que encontrar instrumentos de defesa para garantia desse direito que ele mesmo concedeu ao cidadão. Eis aí a grande equação que se propõe e que deverá ser resolvida nos nossos tempos contemporâneos. Essa é a ideia do desenvolvimento sustentável, que surgiu pela primeira vez num documento da Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, chamado de Our Common Future (nosso futuro comum), mais

conhecido como relatório Brundtland, cujo conceito diz que desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades. Segundo Antônio Herman V. Benjamin (1993) “A proteção jurídica do meio-ambiente aparece, então, como exigência desta situação “sufocante” degradação da qualidade de vida. Fatores múltiplos – como o esgotamento dos recursos naturais do planeta, a contaminação de alimentos e das reservas de água potável, o desaparecimento contínuo de espécies, a destruição da camada de ozônio, a multiplicação dos depósitos de lixo tóxico e radioativo, a erosão dos solos férteis, o efeito “estufa”, a devastação do patrimônio ecológico, histórico e turístico – provocaram uma alteração de rumo na visão clássica de desenvolvimento e no próprio Direito. No processo de criação de soluções para esta “situação sufocante” – contexto e molde das normas legais ambientais – duas rupturas podem ser enxergadas.

A primeira fratura desmontou o falso antagonismo defesa do meio ambiente x desenvolvimento, que caracterizou originalmente o movimento ambiental. Realmente, na década de 70 – exatamente quando o Direito Ambiental recebia contornos mais precisos -, “era comum ver-se o debate sobre política ambiental ser posto em termos de crescimento econômico versus meio-ambiente. A idéia básica era que ou se tinha crescimento econômico – medido pelo aumento da renda per capita – ou se melhorava a qualidade ambiental. Qualquer composição entre os dois envolveria uma troca – mais qualidade ambiental significaria menos crescimento econômico e vice-versa.

Ora, tal antagonismo mostrou-se, no decorrer dos anos 80, incorreto, já que as relações entre economia e meio-ambiente não têm, necessariamente, que ser conflitivas.

O segundo rompimento – diretamente relacionado com o primeiro – atuou sobre o binômio desenvolvimento econômico x crescimento econômico a qualquer custo. Este último parâmetro, como é notório, embora totalmente insensível à questão ambiental, balizou, por séculos, a evolução da humanidade".

Como se vê, não basta apenas crescer. Pelas palavras do eminente jurista, o crescimento econômico pode, perfeitamente ser visto como uma espécie de desenvolvimento econômico, onde este propugna por mudança de ordem, tanto quantitativa, quanto qualitativa. Desenvolver-se é preciso, porém, de forma tanto quantitativa, quanto qualitativamente. Desenvolvimento com qualidade significa, no meu modo de ver, observar o meio-ambiente, deixando-o na mais perfeita harmonia natural, porque a Constituição Federal não defere ao cidadão um meio-ambiente poluído. O cidadão é titular de um direito ao meio-ambiente ecologicamente equilibrado.

Essa matéria, dano moral decorrente dos acidentes ocorridos no meio-ambiente, foi objeto de análise por parte dos ministros que compõem a Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, quando do julgamento do Recurso Especial nº 598.281.

A presente pesquisa teve por objetivo mostrar a possibilidade de condenação por dano moral ambiental coletivo, que decorre da degradação do meio ambiente, segundo o posicionamento da doutrina jurídica e da jurisprudência pátrias.

Para tanto essa monografia se desenvolveu em três capítulos, onde no primeiro procedeu-se ao conceito fundamental da legislação, expôs-se a origem e evolução histórica do

Direito Ambiental, inclusive sua origem e evolução histórica dentro do ordenamento jurídico brasileiro até chegar ao texto constitucional pátrio e também discorreu-se sobre a relação entre meio ambiente e desenvolvimento sustentável e a nova mentalidade empresarial, como também sobre os princípios gerais do Direito Ambiental; no segundo, pesquisou-se acerca da responsabilidade civil, sua divisão e seus pressupostos. Falou-se sobre qual a espécie de responsabilidade civil, se objetiva ou subjetiva, se aplica na reparação do dano moral ambiental coletivo e também sobre dano moral ambiental coletivo; no terceiro, procedeu-se ao estudo do Recurso Especial nº 598.281, com a análise dos votos proferidos.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizado o método de procedimento monográfico onde foi empregada como técnica a pesquisa bibliográfica.

Essa pesquisa se justifica, porque, nos dias atuais, o homem, ao se utilizar da matéria-prima, o faz sem se preocupar em deixar o meio ambiente em perfeita harmonia natural. Desse modo, pretende-se chamar a atenção para a necessidade de se utilizar os recursos naturais existentes de maneira sustentável, com o fim de proibir eventual degradação do meio ambiente, garantindo, assim, o bem-estar das atuais e futuras gerações.

1 CONCEITO DE LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

1.1 Conceito de Meio Ambiente

Ecologia é uma palavra grega formada pelo prefixo *oikos*, que significa casa mais o sufixo *logos*, que significa estudo. Biosfera também é uma palavra grega, onde o prefixo *Bios*, significa vida. A biosfera é uma faixa que se localiza um pouco acima e um pouco abaixo da superfície da Terra, formada por uma película de terra firme, mais água, energia e ar que envolve o planeta. Servindo de habitat natural para todas as espécies de seres vivos, a biosfera se constitui no objeto de estudo da Ecologia. No que se refere ao conceito de meio ambiente, pode-se dizer que, modernamente, o mesmo se tornou extremamente ampliado. Por isso ele é concebido em várias acepções, como resultado mesmo do advento da Agenda 21, que foi um documento firmado pelos países participantes da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, cujo encontro realizou-se na cidade do Rio de Janeiro e que ficou conhecido como ECO-92 e também como Cúpula ou Cimeira da Terra. Sendo assim, tem-se como espécies de meio ambiente: meio ambiente físico ou natural, meio ambiente cultural, meio ambiente artificial e meio ambiente do trabalho.¹

Meio ambiente físico ou natural é constituído pela fauna, flora, solo, água e atmosfera. Ele compreende a própria biosfera com os seus biomas e ecossistemas.

¹ MMA. **Agenda 21 brasileira**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio.index.php?ido=conteudomontaecomercialidEstrutura=18ecomercialidConteudo=597ecomercialidMenu=373>>. Acesso em: 26 set. 2010.

Meio ambiente cultural compreende o patrimônio cultural, artístico, arqueológico, paisagístico e as manifestações populares.

Meio ambiente artificial é o conjunto de edificações, principalmente urbanas, públicas ou particulares;

E, finalmente, meio ambiente do trabalho é o conjunto de condições existentes no local de trabalho relativo à qualidade de vida do trabalhador.

Na discussão sobre o meio ambiente, enquanto fator de produção de geração de riqueza, o que interessa de imediato, é o meio ambiente tomado na sua acepção físico ou natural. Por isso, necessário se faz proceder-se a sua definição dada pela lei. O art. 3º, I, da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981² - Lei da Política Nacional do Meio Ambiente - definiu meio ambiente como "o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. Da interpretação desse dispositivo, pode-se perfeitamente se inferir, que o meio ambiente engloba a biosfera, os biomas e os ecossistemas, ou seja, o lugar onde existe vida.

Eis a lição de Paulo Affonso Leme Machado sobre o conceito de meio ambiente:

Nota-se a ausência de definição legal e/ou regular de meio ambiente até o advento da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente. Conceituou-se meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológicas, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (art. 3º, I).

Destarte, meio ambiente é considerado como “um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo” (art. 2º, I).

² LEI Nº 6.931, de 31.08.81. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. DOFC de 02.09.1981, p. 16.509.

A definição federal é ampla, pois vai atingir tudo aquilo que permite a vida, que a abriga e rege. No entendimento de Odum estão abrangidos as comunidades, os ecossistemas e a biosfera.

A legislação fluminense considerou como meio ambiente “todas as águas interiores ou costeiras, superficiais ou subterrâneas, o ar e o solo” (art. 1º, parágrafo único, do Decreto-lei 134/75). Em Alagoas dispôs-se que “compõem o meio ambiente os recursos hídricos, a atmosfera, o solo, o subsolo, a flora e a fauna, sem exclusão do ser humano” (art. 3º da Lei 4.090/79). Em Santa Catarina conceituou-se meio ambiente como a “interação de fatores físicos, químicos e biológicos que condicionam a existência de seres vivos e de recursos naturais e culturais” (art. 2º, I, da Lei 5.793/80). Em Minas Gerais, “meio ambiente é o espaço onde se desenvolvem as atividades humanas e a vida dos animais e vegetais” (art. 1º, parágrafo único, da Lei 7.772/80). Na Bahia, “ambiente é tudo o que envolve e condiciona o homem, constituindo o seu mundo, e dá suporte material para a vida biopsicossocial” (art. 2º da Lei 3.858, de 3.11.1980). No Maranhão, “meio ambiente é o espaço físico composto dos elementos naturais (solo, água e ar), obedecidos os limites deste Estado” (art. 2º, parágrafo único, a, da Lei 4.154/80). No Rio Grande do Sul é o “conjunto de elementos – águas interiores e costeiras, superficiais ou subterrâneas, ar, solo, subsolo, flora e fauna -, as comunidades humanas, e resultado do relacionamento dos seres vivos entre si e com os elementos nos quais se desenvolvem e desempenham as suas atividades” (art. 3º, II, da Lei 7.488, de 14.1.1981).

A maioria das conceituações estaduais não limita o campo ambiental ao homem, mas a todas as formas de vida, antecipando assim a definição federal. “Trata-se do homem (com seus problemas) ou de qualquer outro animal, ou vegetal; uma espécie viva insere-se em um tecido de coações entre seres que ocupam o meio que os acolhe e este mesmo meio. Deverá submeter-se, portanto, às mesmas exigências, se quiser sobreviver.”³

1.2 Conceito de Direito Ambiental

É difícil precisar o conceito de Direito Ambiental, pelo fato de que esse novo ramo do Direito é também de difícil delimitação. O Direito Ambiental tem como objeto de estudo matéria multidisciplinar, que objetiva harmonizar o comportamento do homem com a natureza. É de difícil definição, porque se constitui de normas jurídicas de vários ramos do Direito, bem como se relaciona com outras áreas do conhecimento humano como a biologia e a física.

³ MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 17. ed. Rev. atual. e amp. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 52-54.

Escrevendo sobre o conceito de Direito Ambiental, Paulo Affonso Leme Machado

nos ensina:

No Brasil procuraram conceituar a nova disciplina jurídica com o nome de “Direito Ecológico” os Profs. Sérgio Ferraz (1972) e Diogo de Figueiredo Moreira Neto (1975). O primeiro denominou Direito Ecológico “ao conjunto de técnicas, regras e instrumentos jurídicos organicamente estruturados, para assegurar um comportamento que não atente contra a sanidade mínima do meio ambiente”. O segundo conceituou Direito Ecológico “como conjunto de técnicas, regras e instrumentos jurídicos sistematizados e informados por princípios apropriados, que tenham por fim a disciplina do comportamento relacionado ao meio ambiente”. Como se vê, os dois ilustres Autores delimitaram a disciplina ao ambiente, como nota o Prof. Ramón Martín Mateo.

A questão da denominação da disciplina não é idêntica em outros países. O Prof. chileno Rafael Valenzuela Fuenzalida denomina-o Derecho Del Entorno e a conceitua como “o conjunto de normas jurídicas, cuja vigência prática se traduz ou é suscetível de se traduzir em efeitos ambientais estimáveis, benéficos ou prejudiciais, seja ou não que a motivação de ditas normas jurídicas haja reconhecido uma inspiração fundamentada em considerações de índole ecológica”.

1.3 A origem histórica do Direito Ambiental

A Teoria Tridimensional do Direito diz que onde quer que exista o fenômeno, haverá, sempre, subjacente a esse fenômeno, um fato ao qual se liga um valor. Então vem a norma e liga fato e valor, formando a trilogia, segundo a qual, Direito é fato, valor e norma. Assim nasce o Direito. Tem-se com exemplo de prova dessa teoria, a Revolução Industrial, porque se adequa perfeitamente a ela. Esse fato histórico é marcado pelo aparecimento de um fenômeno, qual seja, a invenção da máquina a vapor, que, como veremos logo a seguir, deu origem ao surgimento de várias ordens jurídica. Então, a invenção da máquina a vapor é o fenômeno que marca a Revolução Industrial. O Direito do Trabalho, não surgiu com a chamada Questão Social, isto é, com o crescente empobrecimento da classe operária na Europa Ocidental do século XIX, como pensavam alguns juristas. Esse ramo do Direito surgiu mesmo com a Revolução Industrial. E

qual é o fato que está subjacente à invenção da máquina a vapor? É o de que o tear inglês, que antes era feito a quatro mãos, de uma hora para outra, passou a ser feito pela máquina. Ora, esse fato, de valor inegável, dinamizou, sobremaneira, as relações entre o capital e o trabalho. As atividades laborais se modificaram, e isso passou a exigir do homem, a criação de uma nova ordem jurídica. Surgia então, o Direito do Trabalho.

Com o Direito Ambiental também não foi diferente, pois a Revolução Industrial empreendeu um modelo de organização econômica que submeteu o meio ambiente a constante risco. Esse risco foi representado pela grande devastação de florestas para se fazer carvão a ser utilizado no processo industrial agora mecanizado. Não é difícil imaginar que isso provocou um grande corte de árvores o que causou, sem dúvida, degradação do meio ambiente. Esse fato, de extremo valor, é quem dá origem ao surgimento dessa nova ordem jurídica.

Sobre o assunto comenta Patrícia Nunes Lima Bianchi:

A revolução termo-industrial, com a extração intensiva da hulha (carvão), foi o que realmente começou a provocar um colapso entre os ciclos biológicos e geológicos. Esse período foi marcado pela maciça exploração dos recursos naturais para a utilização como matéria-prima no desenvolvimento do setor industrial.⁴

1.4 Origem e evolução histórica do Direito Ambiental no Brasil

No Brasil, as preocupações com o meio ambiente são antigas. Na época do Brasil colônia, as Ordanações Manuelinas já continham disposições a respeito dessa matéria, pois

⁴ BIANCHI, Patrícia Nunes Lima. *Meio Ambiente: Certificações Ambientais e Comércio Internacional*. v. VIII. Curitiba: Juruá Editora, 2002, p. 41.

proibia a caça de perdizes, lebres e coelhos e também tipificava o corte de árvores frutíferas como crime. Isso marcou, sem dúvida, o nascimento do nosso Direito Ambiental. Essas preocupações perduraram também na época do Império, pois o Regimento do Pau-Brasil, exigia, para o corte dessa árvore, autorização do governo. No Brasil republicano, também, não foi diferente. Nesse período da nossa história, foi criada, no antigo território do Acre, a primeira reserva florestal do Brasil. A partir da década de 30 começaram a surgir as primeiras leis de proteção ambiental específicas como, por exemplo, o Código Florestal (Dec. nº. 23.793, de 23 de janeiro de 1934⁵), substituído posteriormente pela atual Lei Federal nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965⁶, o Código das Águas (Dec. nº. 24.643, de 10 de julho de 1934⁷), assim como o Código de Caça e o de Mineração⁸. Na década de 60, foi editada importante legislação sobre temas ambientais, como o Estatuto da Terra (Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964⁹), o novo Código Florestal (Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965) e a nova Lei de Proteção da Fauna (Lei nº. 5.197, de 3 de janeiro de 1967¹⁰).

Na República Federativa do Brasil, criou-se também o Departamento de Recursos Naturais Renováveis, substituído pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, que por sua vez, foi sucedido pelo atual Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Ainda que de maneira esparsa, como se vê, o meio ambiente sempre mereceu tutela aqui no Brasil. Porém, a coisa só tomou corpo mesma a partir da ECO-92. Inspirada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, celebrada em Estocolmo, em Junho de 1972, a ECO-92 foi um movimento, realizado entre 3 e 14 de junho de 1992, na cidade do Rio de

⁵ DECRETO Nº 23.793, de 23.01.34. Approva o código florestal que com este baixa [sic]. Coleção de Leis do Brasil.

⁶ LEI Nº 4.771, de 15.09.65. Institui o novo Código Florestal. DO de 16.09.65, p. 9.529.

⁷ DECRETO Nº 24.643, de 10.07.34. Decreta o Código de Águas. Coleção de Leis do Brasil.

⁸ DECRETO-LEI Nº 227 de 28.02.67. Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985 (Código de Minas), de 29.01.40. DOFC de 28.02.67, p. 2.417.

⁹ LEI Nº 4.504, de 30.11.64. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. DO de 30.11.64, p. 49.

¹⁰ LEI Nº 5.197, de 03.01.67. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. DOFC de 05.01.67, p. 177.

Janeiro, em defesa do meio ambiente. Objetivou, principalmente, estabelecer meios de conciliação entre desenvolvimento sócio-econômica e conservação e proteção dos ecossistemas existentes na natureza. Do encontro do Rio de Janeiro surgiu um documento de extraordinária importância para a preservação do meio ambiente, que foi a Agenda 21. Consubstanciada como plano de ação a ser adotado de forma global, nacional e local e determinando a obrigação de cada país criar a sua Agenda 21, consignou-se, nesse documento, a importância de se proceder a uma reflexão no sentido de se encontrar soluções para os problemas sócio-ambientais. Principais temas tratados na Agenda 21 são: Combate à pobreza; Cooperação entre as nações para chegar ao desenvolvimento sustentável; Sustentabilidade e crescimento demográfico; Proteção da atmosfera; Planejamento e ordenação no uso dos recursos da terra; Combate ao desmatamento das matas e florestas no mundo; Combate à desertificação e seca; Preservação dos diversos ecossistemas do planeta com atenção especial aos ecossistemas frágeis; Desenvolvimento rural com sustentabilidade; Preservação dos recursos hídricos, principalmente das fontes de água doce do planeta; Conservação da biodiversidade no planeta; Tratamento e destinação responsável dos diversos tipos de resíduos (sólidos, orgânicos, hospitalares, tóxicos, radioativos); Fortalecimento das ONGs na busca do desenvolvimento sustentável e educação como forma de conscientização para as questões de proteção ao meio ambiente.

No Brasil, a inclusão social, que se caracteriza pelo acesso de toda a população à educação, à saúde, à distribuição de renda, à sustentabilidade urbana e rural, à preservação dos recursos naturais e minerais e à ética política para o planejamento rumo ao desenvolvimento sustentável, se constitui numa das ações prioritária da Agenda 21 brasileira. Mas, o ponto mais importante em termos de ações prioritárias dessa Agenda é o planejamento de sistemas de produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício. Com relação à evolução

histórica desse ramo do direito, pode-se dizer que foi a partir da ECO-92, que as políticas sobre comércio e meio ambiente começaram a ser implementadas. Prova disso foi a promulgação da Lei nº 6.938/81, que fez com que o Direito Ambiental brasileiro evoluísse substancialmente até chegar à elite de direito constitucional.

Falando sobre o assunto, José Joaquim Gomes Canotilho e José Rubens Morato

Leite¹¹ nos ensinam:

Tirante uma ou outra providência legislativa de regência utilitarista dos recursos naturais no período colonial e imperial, a tutela legal do meio ambiente, no Brasil, teve início, de modo fragmentário, na década de 30, ganhou fôlego nos anos 60, e consolidou-se na década de 80 e 90. Quais os fundamentos constitucionais utilizados, à época da edição desses atos legislativos, para justificar e legitimar a intervenção do legislador, se, como se sabe, só a Constituição de 1988 abrigou, expressamente, a proteção ambiental como dever de todos?

Ontem, no Brasil – como, ainda hoje, em alguns países, os tribunais, confrontados com o silêncio constitucional e com a falta de porto mais seguro, exercitavam uma criatividade e identificavam, na penumbra de outros direitos, garantias de cunho ambiental. Um direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado pode ser - e, historicamente, tem sido - derivado indiretamente da Constituição por meios da interpretação de dispositivos que asseguram outros valores constitucionais, como a vida (já que sem meio ambiente adequado inviabiliza-se a vida humana e dos outros seres), a saúde (sobre o argumento de que o ser humano não pode viver em ambiente degradado), a dignidade da pessoa humana, o due process, a função social da propriedade, a disciplina da produção e consumo, ou, ainda, a partir das regras constitucionais que fixam as competências legislativas e de implementação da União, Estados e Municípios.

Lembra Diogo de Figueiredo Moreira Neto, um dos pioneiros do Direito Ambiental brasileiro, que a Constituição de 1967 referia-se à ecologia apenas uma vez, ao dispor, no art. 172, sobre a obrigatoriedade de “prévio levantamento ecológico” de terras sujeitas a intempéries e calamidades, no mesmo dispositivo também vedando ao proprietário de terras o fomento público, com incentivos e auxílio, quando inadequado o uso que dela fizesse.

É fato que, antes de 1988, as Constituições brasileiras não estavam desenhadas de modo a acomodar os valores e as preocupações próprios de um paradigma jurídico-ecológico, padrão normativo este que é invertido na Constituição de 1988, seduzida pela técnica dos conceitos (“equilíbrio ecológico”, e

¹¹ CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. *Direito Constitucional Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2007, p.87-90.

“ecossistemas”), objetivos (tutela da biodiversidade per se), direitos (direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado), deveres (dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações), princípios (da prevenção, da precaução e da reparação integral, p. ex.), instrumentos (áreas protegidas e Estudo Prévio de Impacto Ambiental, p. ex.), tudo sob a influência e a inspiração da Ecologia e da gestão ambiental.

1.5 O Direito Ambiental na Constituição Federal de 1988

Seguindo o seu curso histórico, e dada a importância que o tema vinha assumindo no cenário político nacional e internacional, o Direito Ambiental, é elevado, pela primeira vez no Brasil, por intermédio da Constituição Federal de 1988¹², em capítulo específico, à categoria de direito fundamental. A tutela constitucional do Direito Ambiental, posto na atual Carta Política em seu artigo 5º como direito social, positiva-se no artigo 225 do texto constitucional assim:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

¹² CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de 05 de outubro de 1988. DOU de 05 out. 88.

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Como se vê o texto constitucional, tanto defere a titularidade do direito a todos, como também impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente e diz mais que incumbe ao Poder Público a obrigatoriedade de assegurar e efetivar esse direito. Em seu parágrafo 2º, o artigo 225 diz que fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, aquele que explorar recursos minerais. No seu parágrafo 3º estabelece que infratores, pessoas físicas ou jurídicas, se sujeitarão às condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente. E, finalmente, nos seus parágrafos 4º, 5º e 6º, também define políticas visando, sempre, a preservação do meio ambiente.

Quando a Constituição diz que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, quer dizer, no meu modo de interpretar, que todos têm o direito de viver num meio ambiente natural, onde as reações químicas e físicas, que ocorrem aí, se efetivam segundo as leis da natureza. Onde os seres vivos, animais e vegetais, que nele convivem, se encontrem em perfeita harmonia. Esse equilíbrio ecológico é quebrado, quando o homem se imiscui no meio natural e altera as relações desse seres vivos entre si e as reações químicas que ocorrem entre eles e a natureza. Por exemplo, as algas marinhas, para sua própria sobrevivência, absorvem a energia

solar e a transforma em energia química. Ao homem não é dado se intrometer nesse fenômeno natural, sob pena de fazer desaparecer o meio ambiente ecologicamente equilibrado, garantido a todos pela nossa Constituição. A Constituição Federal de 1988 defere esse direito a todos, porque viver num meio ambiente ecologicamente equilibrado, é corolário de um outro direito fundamental, garantido a todos na nossa Constituição, que é o direito à saúde. Para se ter saúde, necessário se faz, lógico, viver num ambiente natural, pois, por razões óbvias, é impossível ter saúde vivendo num meio ambiente poluído.

Discorrendo sobre o Direito Ambiental na atual Constituição, Paulo Affonso Leme Machado¹³ nos ensina:

A Constituição de 1988 impôs ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

O texto emprega figuras genéricas – “Poder Público” e “coletividade” – como sendo aquelas obrigadas a preservar e defender o meio ambiente. “Poder Público” não significa só o Poder Executivo, mas abrange o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, tanto que no art. 2º esses três Poderes constam como “Poderes da União”. Os constituintes engajam os três Poderes da República na missão de preservação e defesa do meio ambiente, agindo eles com independência e harmonia recíproca. Não vejo como figura de retórica esse envolvimento de todo o Poder Público no problema ambiental, pois o legislador infraconstitucional tem elaborado leis para combater a omissão dos integrantes do Poder Público, tanto no campo civil como criminal.

À “coletividade” cabe também o dever de defender e preservar o meio ambiente. Entendo que os constituintes fizeram um chamamento à ação dos grupos sociais em prol do meio ambiente. O termo abrange a “sociedade civil” (expressão acolhida na Constituição – art. 58, II), não integrando formalmente o Poder Público, compreendendo as organizações não-governamentais (ONGS), constituídas em associações e fundações, e as organizações da sociedade civil de interesse público. A Constituição Federal poderia ter feito menção de forma mais clara a participação da coletividade. A ação da coletividade, diferentemente da do Poder Público, em geral é facultativa, ainda que no caso das organizações da sociedade civil de interesse público, quando houverem celebrado contratos de parceria com o Poder Público, poderão ser compelidas a cumprir os deveres desses contratos.

O Poder Público e a coletividade deverão defender e preservar o meio ambiente desejado pela Constituição, e não qualquer meio ambiente. O meio ambiente a

¹³ MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 17. ed. Rev, atual. e amp. São Paulo: Malheiros, 2009, p.132-134.

ser defendido e preservado é aquele ecologicamente equilibrado. Portanto, descumprem a Constituição tanto o Poder Público como a coletividade quando permitem ou possibilitam o desequilíbrio do meio ambiente.¹⁴

1.6 Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e a nova mentalidade empresarial

Considerado como unidade principal de estudo da Ecologia, o ecossistema ou sistema ecológico é um sistema composto pelos seres vivos, pelo local onde eles habitam e por todas as relações destes com o meio e entre si. Os seres vivos constituem o meio biótico do ecossistema, ao passo que o local onde os seres vivos habitam forma o seu meio abiótico. Não se deve confundir ecossistema com bioma. Bioma é um conjunto de diferentes ecossistemas onde as comunidades biológicas, ou seja, as populações da fauna e da flora interagem numa unidade biológica ou espaço geográfico caracterizado de acordo com o macroclima, o solo, a altitude e a fitofisionomia específicos. A fitofisionomia é o aspecto da vegetação de um determinado lugar. O bioma é geograficamente mais abrangente e é predominantemente definido de acordo com o conjunto de vegetações com características semelhantes além de outros requisitos, como, por exemplo, a Mata Atlântica. Resumindo, pode-se dizer que ecossistema é espécie do gênero bioma. Dito isso, pode-se passar ao conceito de meio ambiente. A lei define e a doutrina conceitua. Portanto, ao invés de se trazer o conceito melhor mesmo é expor a definição de meio ambiente. A Lei 6.938/81 define meio ambiente em seu art. 3º, inciso I: Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e

¹⁴ MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 17. ed. Rev, atual. e amp. São Paulo: Malheiros, 2009, p.132-134.

interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

Com relação ao conceito de desenvolvimento sustentável, tem-se que no ano de 1987 a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento apresentou um documento chamado Our Common Future (nosso futuro comum), mais conhecido por relatório Brundtland, onde o termo desenvolvimento sustentável apareceu pela primeira vez na história do Direito Ambiental. O relatório diz que "desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades". Em outras palavras, desenvolvimento sustentável é aquele onde se busca basicamente a harmonia entre o modelo de desenvolvimento econômico atual e a utilização dos recursos naturais, existentes no meio ambiente, de forma consciente e equilibrada. Se o homem proceder dessa maneira, o desenvolvimento econômico se sustenta. O desenvolvimento sustentável não se preocupa apenas com a produção de bens, como queria o crescimento econômico nos idos da década de 70. O crescimento econômico, que é uma parcela do desenvolvimento econômico, só pensava em crescer a qualquer custo, ou seja, só se preocupava com a quantidade. O desenvolvimento sustentável quer também o crescimento econômico, porém, sem deixar de observar o meio ambiente. Ou seja, ele tanto coloca em evidência a quantidade quanto a qualidade. O seu objetivo é produzir bens sim, porém, deixando inalterado o ambiente natural, pugnando sempre pela sua preservação e pela sadia qualidade de vida. Essa é a mentalidade que vigora, no Brasil e no mundo, atualmente.

O desenvolvimento sustentável, enfim, é concebido como sendo aquele capaz de satisfazer as necessidades das gerações presentes sem comprometer a satisfação das necessidades das futuras gerações. Fez-se necessário o seu surgimento porque vinha-se verificando uma

interferência acentuada e, ao mesmo tempo prejudicial, do homem na natureza, pelo fato de ter o homem perdido o sentido de limites na sua relação com o meio ambiente. Então, ele surgiu como uma forma de se reeducar o homem no trato com a natureza e reintegrá-lo ao ambiente natural. O homem sentiu a necessidade de se promover um modelo de desenvolvimento econômico que fosse capaz de trazer de volta aquela harmonia que outrora existia entre o homem e a natureza. Então, o desenvolvimento sustentável surge, também, como instrumento capaz de harmonizar a produção conservacionista de bens com os recursos naturais. Isso trouxe reflexos positivos, que se concretizaram numa melhor qualidade de vida de todos.

Em todo o mundo, com o desenvolvimento sustentável, verificou-se uma mudança de mentalidade no âmbito das empresas. Por conta desse avanço tecnológico ocorrido na geração da riqueza, muitas empresas sumiram e outras surgiram no mercado. Nos dias atuais, as empresas, para se manter no mercado, investem maciçamente na questão ambiental. É preciso oferecer produtos ecologicamente corretos, pois é importante para a manutenção dos biomas e ecossistemas.

Só para se ter uma idéia do que ocorre na Europa, em nome da preservação da natureza, o consumidor europeu se dispõe a pagar mais caro por mercadorias que trazem o rótulo ambiental. Isso fez surgir um novo mercado conhecido como *ecobusiness*, que se trata de um mercado altamente promissor, porque, muito embora seja muito alto o investimento em produtos ecológicos, a lucratividade é bem maior. É lucrativo porque o consumidor de hoje não está somente interessado em qualidade e preço do produto, mas também em preço e qualidade.

Helene Sivini Ferreira e José Rubens Morato Leite¹⁵, discorrendo sobre a nova visão empresarial no âmbito da Europa:

O Regulamento nº 1.980/2000 do Parlamento Europeu e do Conselho estabelece o novo sistema de atribuição de rótulo ecológico europeu.

Tal como os rótulos ecológicos nacionais (por exemplo, o anjo azul, instituído na Alemanha, em 1977, ou o cisne branco, adotado pelos países nórdicos, em 1989), o rótulo ecológico europeu é atribuído a produtos que “apresentem características que lhe permitem contribuir de modo significativo para melhoramentos em relação a aspectos ecológicos, essenciais”, contribuindo assim para uma “utilização eficiente dos recursos e para um elevado nível de proteção do ambiente”.

A utilização do rótulo ecológico comunitário depende do preenchimento de um conjunto de requisitos ecológicos, da celebração de um contrato-tipo entre o requerente e o organismo competente em nível nacional (aprovado pela Decisão nº 729/2000 da Comissão), onde se incluem as condições de utilização do rótulo e disposições sobre a revogação da licença de utilização do rótulo e do pagamento das taxas respectivas (é a Decisão nº 728/2000 da Comissão, que estabelece as taxas aplicáveis aos pedidos e as taxas anuais relativas ao rótulo ecológico europeu).

Na perspectiva do produto, a utilização do rótulo ecológico traz, como contrapartida, sensíveis vantagens comerciais, relativamente aos produtos concorrentes.

No Brasil, a tendência é de se seguir também essa mentalidade. Isso se comprova nas lições sobre sistema de gestão ambiental dadas por Patrícia Nunes Lima Bianchi¹⁶:

O termo “gestão ambiental” pode ser definido como “a forma pela qual a empresa se mobiliza, interna e externamente, na conquista da qualidade ambiental desejada”. Para a realização desse objetivo, a empresa deve implementar um sistema de gestão ambiental.

A norma ISO 14001 define sistema de gestão ambiental, em seu item 3.5, como “a parte de um sistema de gestão global que inclui estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental”.

¹⁵ FERREIRA, Helene Sivini; LEITE, José Rubens Morato. *Estado de Direito Ambiental: Tendências*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004, p.166-167.

¹⁶ BIANCHI, Patrícia Nunes Lima. *Meio Ambiente: Certificações Ambientais e Comércio Internacional*. v. VIII. Curitiba: Juruá Editora, 2002, p. 126-127.

Assim, a gestão do meio ambiente apresenta-se como um conjunto de procedimentos definidos, que possuem a finalidade última de reduzir e controlar os impactos produzidos por uma empresa sobre o meio ambiente. Aqui, defende-se a idéia de melhoria contínua da relação da empresa ou organização com o meio em que ela interage. Além disso, todos os setores da administração e da produção devem necessariamente integrar-se na implantação do sistema de gestão ambiental para que o resultado final seja satisfatório com relação aos objetivos inicialmente propostos pela empresa.

Usualmente são apontados como benefícios potenciais externos, trazidos pela implementação de um sistema de gestão ambiental como, por exemplo, (I) a melhoria da imagem da empresa; (II) o fortalecimento da competitividade, principalmente no mercado externo já que a certificação ambiental está sendo o diferencial das empresas que competem internacionalmente; (III) maior facilidade junto a bancos e seguradoras, já que a credibilidade da empresa aumenta, e os riscos ambientais dos clientes atingem direta e indiretamente bancos e seguradoras; (IV) e pode-se acrescentar, ainda, um melhor relacionamento entre empresa e órgãos ambientais, pois se subentende que uma empresa que possui um sistema de gestão ambiental facilite a atuação de fiscalizadores, entre outros agentes de órgãos ambientais, pelo fato de que geralmente possuem documentação devidamente organizada, com documentos disponíveis e de fácil acesso para quando houver necessidade de obtê-los, dispõem de pessoal treinado, entre outras vantagens.

Aqui, a função dos certificados é constatar se o SGA está estruturado de forma a atender ao cumprimento dos requisitos legais relativos ao meio ambiente. Para isso, ele verifica os procedimentos estabelecidos pela empresa e se os procedimentos adotados estão suprimindo as exigências legais. Os certificados verificarão, dessa forma, o cumprimento da legislação ambiental através de testes em amostras fornecidas pela própria empresa. Caso seja constatada alguma irregularidade, a certificação não será conferida à organização.¹⁷

1.7 Princípios gerais do Direito Ambiental

Princípios são verdades que sustentam uma determinada teoria. Constituem-se em concepções de ordem natural que fundamentam qualquer ramo do Direito. Numa visão jusnaturalista, tem-se que toda norma de direito positivo encontra sempre um correspondente dogma do Direito natural. Se no passado o homem, no seu âmago, desejou que a lei fosse igual

¹⁷ BIANCHI, Patrícia Nunes Lima. **Meio Ambiente**: Certificações Ambientais e Comércio Internacional. v. VIII. Juruá Editora, 2002, Curitiba, p. 127-133.

para todos, é por isso, que hoje, o Estado moderno prescreve que todos são iguais perante a lei. A essas convicções que se formam dentro do homem, no seu interior, dá-se o nome de princípios. Pois bem, os princípios são assim. Existem, porque existe o homem. Se hoje temos um ramo do direito denominado Direito Ambiental, é porque convicções foram se formando, ao longo do tempo, sobre essa nova ordem jurídica.

O Direito Ambiental é fundamentado pelos seguintes princípios:

Princípio do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Por esse princípio, deve-se entender meio ambiente ecologicamente equilibrado, aquele em que se verifica, tanto a inalterabilidade da biótica, isto é, das reações químicas naturais em que estão envolvidos os seres vivos animais e vegetais, quanto a inalterabilidade da abiótica, ou seja, do habitat natural, que é o local onde eles habitam;

Princípio do direito à sadia qualidade de vida. Preconizando pelo uso adequado dos elementos da natureza, como a água, o ar, o solo, a fauna e a flora, o princípio do direito à sadia qualidade de vida, estatui que os seres humanos têm direito a uma vida saudável, conforme o princípio nº 1 dos 27 princípios da “Declaração do Rio de Janeiro”, votada por unanimidade pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;

Princípio do acesso equitativo aos recursos naturais. Por ser o meio ambiente considerado como bem de uso comum do povo, determina esse princípio que em casos iguais ou semelhantes, deve-se dar oportunidades iguais no uso do bem ambiental;

Princípio do usuário-pagador e poluidor-pagador. Esse princípio determina que aquele que se utiliza do recurso ambiental deve arcar com os custos de sua utilização. Já o

princípio poluidor-pagador determina que aquele que causar qualquer degradação ambiental é responsável pela prevenção ou correção do dano;

Princípio da precaução e da prevenção. Também conhecido como princípio da cautela ou da prudência, que se efetiva pela exigência constitucional do Estudo de Impacto Ambiental, é aquele que diz que se deve ter o cuidado objetivo, no sentido de se levar em conta o meio ambiente, com o fim de se evitar o dano ambiental, toda vez que o homem quiser implantar qualquer projeto ambiental ou atividade econômica. Já o princípio da prevenção, apesar de ser para alguns doutrinadores sinônimo de princípio da precaução, é aquele que estabelece ação antecipatória, referente à contabilização do custo da prevenção, visando evitar o dano ambiental.

Discorrendo sobre os princípios gerais do Direito Ambiental, Paulo Affonso Leme Machado¹⁸, nos ensina:

“Princípio é, aqui, utilizado como alicerce ou fundamento do Direito. Como ensina Gomes Canotilho, “os princípios são normas jurídicas impositivas de uma otimização, compatíveis com vários graus de concretização, consoante os condicionalismos fácticos e jurídicos. Permitem balanceamento de valores e interesses (não obedecem, como as regras, à “lógica do tudo ou nada”), consoante o seu peso e ponderação de outros princípios eventualmente conflitantes”. São padrões “juridicamente vinculantes radicados nas exigências de “justiça” (Dworkin) ou na “idéia de direito” (Larenz)”.

“Em matéria de proteção do meio ambiente, o princípio usuário-pagador significa que o utilizador do recurso deve suportar o conjunto dos custos destinados a tornar possível a utilização do recurso e os custos advindos de sua própria utilização. Este princípio tem por objetivo fazer com que estes custos não sejam suportados nem pelos Poderes Públicos, nem por terceiros, mas pelo utilizador. De outro lado, o princípio não justifica a imposição de taxas que tenham por efeito aumentar o preço do recurso ao ponto de ultrapassar seu custo real, após levarem-se em conta as externalidades e a raridade.

O princípio usuário-pagador contém também o princípio pagador, isto é, aquele que obriga o poluidor a pagar a poluição que pode ser causada ou que já foi causada.

¹⁸ MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 17. ed. Rev. atual. e amp. São Paulo: Malheiros, 2009, p.57-68.

O uso gratuito dos recursos naturais tem representado um enriquecimento ilegítimo do usuário, pois a comunidade que não usa do recurso ou que o utiliza em menor escala fica onerada. O poluidor que usa gratuitamente o meio ambiente para nele lançar os poluentes invade a propriedade pessoal de todos os outros que não poluem, confiscando o direito de propriedade alheia.

O princípio de precaução (*vorsorgeprinzip*) está presente no Direito alemão desde os anos 70, ao lado do princípio da cooperação e do princípio poluidor-pagador. Eckard Rebbinder acentua que “a Política Ambiental não se limita à eliminação ou redução da poluição já existentes o iminente (proteção contra o perigo), mas faz com que a poluição seja combatida desde o início (proteção contra o simples risco) e que o recurso natural seja desfrutado sobre a base de um rendimento duradouro”.

O princípio da precaução visa à durabilidade da sadia qualidade de vida das gerações humanas e à continuidade da natureza existente no planeta.¹⁹

Diante disso, percebe-se que Direito Ambiental tem os seus próprios princípios, por isso diz-se tratar-se de um ramo autônomo de direito.

¹⁹ MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 17. ed. Rev, atual. e amp. São Paulo: Malheiros, 2009, p.57-68.

2 RESPONSABILIDADE CIVIL

2.1 Responsabilidade e sua divisão

A palavra responsabilidade tem origem no latim *respondere*, que significa responder a alguma coisa, encerrando a idéia de segurança ou garantia da restituição da coisa sacrificada. Tem, assim, o significado de recomposição, obrigação de restituir ou ressarcir.²⁰

Em sentido geral, responsabilidade exprime o dever de garantir, assegurar, assumir o pagamento do que se obrigou ou do ato que foi praticado. Quer significar, assim, a obrigação de satisfazer a prestação ou executar o ato jurídico que se tenha convencionado ou cumprir o fato atribuído ou imputado à pessoa por determinação legal.²¹

O seu estudo é dividido em penal, administrativa e civil. A primeira ocorre quando da “violação, pelo delinqüente, da norma jurídica de direito público, provocando um prejuízo para a sociedade, cuja reação é a imposição de pena, que é o seu instrumento de defesa”²². A segunda diz respeito ao dever legal do agente público de reparar ou ressarcir os prejuízos que tenha causado à administração pública pelos atos abusivos e excessivos que haja cometido²³. A civil, que será objeto de estudo do presente capítulo, constitui-se no dever de “ressarcir ou de compensar, imposto àquele que, por ação ou omissão, por fato próprio, de terceiro ou de coisas

²⁰ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 18.

²¹ SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 1222.

²² ALONSO, Paulo Sérgio Gomes. **Pressupostos da responsabilidade civil objetiva**. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 3.

²³ SILVA. Op. cit., p. 1222.

dele dependentes, provoque a diminuição ou alteração no patrimônio material ou moral de alguém”.²⁴

De acordo com Alexandre Agra Belmonte, a responsabilidade civil “é a relação jurídica consistente no dever garantido por lei, obrigação ou contrato, de reparar, no campo civil, o dano moral ou patrimonial causado por ato próprio do agente ou por pessoa, animal, coisa ou atividade sob a sua tutela”.²⁵

Para Rui Stoco, constitui-se na “obrigação da pessoa física ou jurídica ofensora de reparar o dano causado por conduta que viola um dever jurídico preexistente de não lesionar (*neminem laedere*) implícito ou expresso na lei”.²⁶

Entende-se que o seu estudo se insere no direito obrigacional, haja vista que a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta, para o seu autor, de reparar o dano, obrigação esta que é de natureza pessoal e que se resolve em perdas em danos.²⁷

Segundo Sergio Cavalieri Filho, a violação de um dever jurídico configura ato ilícito, que, se causar dano, gera a obrigação de indenizar, ou seja, obrigação de tornar *indemne* o lesado, colocá-lo no estado em que estaria sem a ocorrência do fato danoso.²⁸

²⁴ CAIRO JÚNIOR, José. **O acidente do trabalho e a responsabilidade civil do empregador**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2006, p. 26.

²⁵ BELMONTE, Alexandre Agra. **Curso de responsabilidade trabalhista: danos morais e patrimoniais nas relações de trabalho**. São Paulo: LTr, 2008, p. 23.

²⁶ STOCO, Rui. **Tratado de responsabilidade civil**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 120.

²⁷ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 2.

²⁸ Ibidem, p. 3-4.

Esse é o entendimento que se extrai da combinação dos artigos 186²⁹ e 927³⁰, *caput*, do Código Civil³¹.

A função do instituto é tentar restabelecer o equilíbrio rompido pelo dano causado, procurando-se recolocar o prejudicado no *statu quo ante*. Impera o princípio da *restitutio in integrum*, segundo o qual, tanto quanto possível, deve-se repor a vítima à situação anterior à lesão.³²

2.2 Pressupostos

Para gerar a obrigação de reparar, faz-se necessário o preenchimento dos seguintes elementos: ação ou omissão, dano, nexo causal e dolo ou culpa, sendo que este último pressuposto é dispensado nos casos de responsabilidade objetiva.

2.2.1 Ação ou omissão

A conduta é um elemento básico sem o qual não há que se falar em ato ilícito. Nas palavras de Rui Stoco, “o elemento primário de todo ilícito é uma conduta humana e voluntária no mundo exterior”.³³ Sergio Cavaliere Filho a entende como “o comportamento humano voluntário que se exterioriza através de uma ação ou omissão, produzindo consequências jurídicas”.³⁴

²⁹ Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito ou causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

³⁰ Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts.186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

³¹ LEI N. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. DOU de 11.01.02, p. 1.

³² CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 13.

³³ STOCO, Rui. **Tratado de responsabilidade civil**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 131.

³⁴ CAVALIERI FILHO. Op. cit., p. 24.

O dever de reparar pode resultar de ato do próprio agente, de terceiro que esteja sob sua responsabilidade ou, ainda, de coisas que estejam sob sua guarda.³⁵ É o caso dos pais que respondem pelos atos dos filhos menores, nos termos do artigo 932³⁶ do Código Civil e pelos danos causados por animais ou coisas que estavam sob sua guarda, conforme previsto nos artigos 936, 937 e 938³⁷ do mesmo diploma.

Maria Helena Diniz conceitua a ação, em sentido *lato*, como sendo o ato humano ilícito ou lícito, voluntário e objetivamente imputável, do próprio agente ou de terceiro, ou fato de animal ou coisa inanimada, que cause dano a outrem, gerando o direito de satisfazer os direitos do lesado.³⁸

Já a omissão é um *non facere* relevante para o Direito, desde que atinja a um bem juridicamente tutelado. Surge porque alguém deixou de realizar determinada ação. A sua essência está propriamente em não ter agido de determinada forma.³⁹

³⁵ QUEIROGA, Antônio Elias. **Responsabilidade civil e o novo código civil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 13.

³⁶ Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil:

I – os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;

II – o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições;

III – o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele;

IV – os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos;

V – os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.

³⁷ Art. 936. O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.

Art. 937. O dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, cuja necessidade fosse manifesta.

Art. 938. Aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.

³⁸ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil**. v. 7. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p.43-44.

³⁹ Ibidem, p. 132-133.

O ato comissivo, assim como o que deixou de ser praticado, deve ser ilícito, ou seja, deve ter violado direito alheio e causado prejuízo a outrem. Em outras palavras, deve ser uma infração ao dever legal de não violar direito e não lesar outrem.⁴⁰

2.2.2 *Dano material*

Para gerar o dever de reparar, a conduta ilícita deve causar prejuízos a outrem, sejam eles patrimoniais ou exclusivamente morais.

Dano é uma palavra que deriva do latim *damnum*⁴¹ e é conceituado por Alexandre Agra Belmonte como sendo o prejuízo causado a bem jurídico moral ou material de determinado sujeito do direito ou de coletividade, por ação ou omissão imputável a outrem.⁴²

Para que se possa definir o conceito de dano material, é necessário, inicialmente, compreender o significado do termo patrimônio, o qual, segundo Arnaldo Rizzardo,

... envolve qualquer bem exterior, capaz de classificar-se na ordem das riquezas materiais, valorizável por sua natureza e tradicionalmente em dinheiro. Deve ser idôneo para satisfazer uma necessidade econômica e apto de ser usufruível.⁴³

Dano patrimonial é, portanto, aquele que “atinge os bens integrantes do patrimônio da vítima, entendendo-se como tal o conjunto de relações jurídicas de uma pessoa apreciáveis em dinheiro”.⁴⁴

⁴⁰ QUEIROGA, Antônio Elias. **Responsabilidade civil e o novo código civil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 16.

⁴¹ Ibidem, p. 27.

⁴² BELMONTE, Alexandre Agra. **Curso de responsabilidade trabalhista: danos morais e patrimoniais nas relações de trabalho**. São Paulo: LTr, 2008, p. 26-27.

⁴³ RIZZARDO, Arnaldo. **Responsabilidade civil: Lei n. 10.406, de 10.01.2002**. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 17.

Traduz-se em danos emergentes ou lucros cessantes. Os primeiros constituem aquilo que efetivamente se perdeu, e os últimos, o que se deixou de ganhar, ou seja, o reflexo futuro do ato sobre o patrimônio da vítima.⁴⁵

O dano emergente, de acordo com Maria Helena Diniz,

... mede-se pela diferença entre o valor atual do patrimônio da vítima e aquele que teria, no mesmo momento, se não houvesse a lesão. O dano, portanto, estabelece-se pelo confronto entre o patrimônio realmente existente após o prejuízo e o que provavelmente existiria se a lesão não se tivesse produzido.⁴⁶

O lucro cessante, por sua vez, consiste:

... na perda do ganho esperável, na frustração da expectativa de lucro, na diminuição potencial do patrimônio da vítima. Pode decorrer não só da paralisação da atividade lucrativa ou produtiva da vítima, como, por exemplo, da cessação dos rendimentos que alguém já vinha obtendo da sua profissão, como, também, da frustração daquilo que era razoavelmente esperado.⁴⁷

O Código Civil, em seu artigo 402⁴⁸, consagrou o princípio da razoabilidade, considerando lucro cessante aquilo que razoavelmente se deixou de lucrar. Segundo os ensinamentos de Sergio Cavaliere Filho, trata-se daquilo “que o bom-senso diz que o credor lucraria, apurado segundo um juízo de probabilidade, de acordo com o normal desenrolar dos fatos. Não pode ser algo meramente hipotético, porque tem que ter por base uma situação fática concreta”.⁴⁹

⁴⁴ CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 71.

⁴⁵ STOCO, Rui. **Tratado de responsabilidade civil**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 129-130.

⁴⁶ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil**. v. 7. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 71.

⁴⁷ CAVALIERI FILHO. Op. cit., p. 72.

⁴⁸ Art. 402. Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar.

⁴⁹ CAVALIERI FILHO. Op. cit., p. 73.

Importante salientar que o dano deve ser “atual e certo; não sendo indenizáveis, a princípio, danos hipotéticos. [...] A materialização do dano ocorre com a definição do efetivo prejuízo suportado pela vítima”.⁵⁰

O dano hipotético ou eventual poderá não se concretizar, daí a necessidade de sua certeza. Tanto assim que, para a apuração dos lucros cessantes, é insuficiente a alegação de simples possibilidade de realização do lucro, ainda que não seja indispensável a certeza absoluta de que este se teria verificado não fosse a ocorrência do evento danoso. O que se torna necessário é a existência de uma probabilidade objetiva que resulte no curso normal das coisas.⁵¹

2.2.3 *Dano moral*

Para Sílvio de Salvo Venosa, o dano moral constitui-se no “prejuízo que afeta o ânimo psíquico, moral e intelectual da vítima. Sua atuação é dentro dos direitos da personalidade. Nesse campo, o prejuízo transita pelo imponderável”.⁵²

E complementa o referido autor:

O dano moral abrange também e principalmente os direitos da personalidade em geral, direito à imagem, ao nome, à privacidade, ao próprio corpo etc. Por essas premissas, não há que se identificar o dano moral exclusivamente com a dor física ou psíquica. Será moral o dano que ocasiona um distúrbio anormal na vida do indivíduo; uma inconveniência de comportamento ou [...] um desconforto comportamental a ser examinado em cada caso. Ao se analisar o dano moral, o juiz se volta para a sintomatologia do sofrimento, a qual, se não pode ser valorada por terceiro, deve, no caso, ser quantificada economicamente.⁵³

⁵⁰ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: responsabilidade civil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 32.

⁵¹ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 589-590.

⁵² VENOSA. Op. cit., p. 38.

⁵³ VENOSA. Op. cit., p. 39.

Arnaldo Rizzardo acrescenta que a expressão dano moral revela “um caráter negativo, que é não ser patrimonial, atingindo o ofendido como ser humano, sem alcançar seus bens materiais”.⁵⁴

Importante frisar que não é qualquer dissabor da vida que pode levar à indenização por danos morais. Estabelece-se o critério objetivo do homem médio, o *bonus pater familias*, ou seja, não se leva em conta o psiquismo do homem excessivamente sensível nem o de pouca ou nenhuma sensibilidade, capaz de resistir sempre às rudezas do destino.⁵⁵

Dessa forma, a dor, o sofrimento, a vergonha, a humilhação e o constrangimento de quem é ofendido em sua honra e sua dignidade devem ser analisados pelo magistrado no caso concreto, de forma a estipular a obrigação de reparar o dano de acordo com a gravidade do mesmo.

2.2.4 *Nexo causal e seu rompimento*

Necessária é a existência de uma relação de causa entre o ato ilícito e o dano dele resultante. O nexo de causalidade é “a relação verificada entre determinado fato, o prejuízo e um sujeito provocador”⁵⁶; “é o liame que une a conduta do agente ao dano”.⁵⁷

Ensina Felipe P. Braga Neto que será sempre necessário que a vítima demonstre a relação causal entre o dano e a ação ou omissão. Na responsabilidade subjetiva, cabe à vítima provar também a culpa. Já na objetiva, esta é dispensável, mas não, porém, o nexo de

⁵⁴ RIZZARDO, Arnaldo. **Responsabilidade civil**: Lei n. 10.406, de 10.01.2002. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 19.

⁵⁵ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**: responsabilidade civil. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 38-39.

⁵⁶ RIZZARDO. Op. cit., p. 71.

⁵⁷ VENOSA. Op. cit., p. 45.

causalidade. Assim, qualquer que seja a modalidade de responsabilidade civil, a relação causal é fundamental.⁵⁸

Excluem a relação causal os “casos de impossibilidade superveniente do cumprimento da obrigação não imputáveis ao devedor ou agente”.⁵⁹ Essa impossibilidade ocorre nas hipóteses de fato exclusivo da vítima ou de terceiro, caso fortuito ou força maior.

Há fato exclusivo da vítima quando o evento danoso é desencadeado por ela mesma. A sua atuação afasta por completo a responsabilidade do agente, por faltar justamente a relação de causalidade. Como a culpa pelo ocorrido é da própria vítima, o agente é um mero instrumento do fato, não havendo que se falar em reparação.⁶⁰

Quanto ao fato de terceiro, “uma vez demonstrado que o evento danoso se atribui a terceira pessoa, que não a vítima nem o agente aparente, desaparece o nexo de causalidade”.⁶¹ Como bem ressalta Antônio Elias de Queiroga, é preciso inexistir relação entre o terceiro causador do dano e o indigitado responsável. Não se exclui o nexo, por exemplo, quando o terceiro é uma pessoa por quem o agente deva responder, como filhos, tutelados ou curatelados.⁶²

No tocante ao caso fortuito e à força maior, importante se faz observar que não há um entendimento doutrinário uniforme sobre o conceito desses institutos. Para Carlos Roberto Gonçalves, o “caso fortuito geralmente decorre de fato ou ato alheio à vontade das partes: greve, motim, guerra. Força maior é a derivada de acontecimentos naturais: raio, inundação,

⁵⁸ BRAGA NETTO, Felipe P. **Responsabilidade civil**. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 108.

⁵⁹ Ibidem, p. 63.

⁶⁰ QUEIROGA, Antônio Elias. **Responsabilidade civil e o novo código civil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 57.

⁶¹ ARAÚJO. Vaneska Donato de (Org.). **Responsabilidade civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 52.

⁶² QUEIROGA. Op. cit., p. 57-58.

terremoto”.⁶³ Já no entendimento de Sílvio de Salvo Venosa, “o caso fortuito [...] decorreria de forças da natureza, tais como o terremoto, a inundação, o incêndio não provocado, enquanto a força maior decorreria de atos humanos inelutáveis, tais como guerras, revoluções, greves e determinação de autoridades”.⁶⁴

Apesar desses entendimentos divergentes, é indiscutível que os seus efeitos são sempre os mesmos: ambos se equivalem para afastar o nexo causal, caracterizando-se pela presença de dois requisitos: “o objetivo, que se configura pela inevitabilidade do acontecimento, e o subjetivo, que se constata na ausência da culpa na produção do evento”.⁶⁵

2.2.5 *Dolo ou culpa*

O termo culpa é utilizado no sentido amplo, que abrange toda espécie de comportamento contrário ao direito, seja intencional, como no caso de dolo, ou não, como na culpa em sentido estrito.⁶⁶

Rui Stoco leciona que “em proposições simples, o dolo é a vontade dirigida a um fim ilícito; é um comportamento consciente e voltado à realização de um desiderato”.⁶⁷ Sergio Cavalieri Filho o define como sendo “a vontade conscientemente dirigida à produção de um resultado ilícito”.⁶⁸

De acordo com os ensinamentos de Arnaldo Rizzardo, a conduta dolosa se verifica:

⁶³ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 814.

⁶⁴ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: responsabilidade civil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 48.

⁶⁵ PINTO, Eduardo Viana. **Responsabilidade civil de acordo com o novo código civil**. Porto Alegre: Síntese 2002, p. 65.

⁶⁶ CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 29.

⁶⁷ STOCO, Rui. **Tratado de responsabilidade civil**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 132.

⁶⁸ CAVALIERI FILHO. Op. cit., p. 31.

... nos casos em que o agente quer o resultado ou assume os riscos de produzi-lo, nutrindo a consciência da antijuridicidade. Se quer o resultado, aceitando a consequência e não retrocedendo no intento, diz-se direto o dolo; já se unicamente assume, sendo que lhe afigura viável ocorrer o prejuízo, embora não o queira diretamente, denomina-se eventual o dolo, ou indireto.⁶⁹

Com relação à culpa em sentido estrito, também chamada de culpa aquiliana, Rui Stoco afirma traduzir-se no “comportamento equivocado da pessoa, despida da intenção de lesar ou de violar direito, mas da qual se poderia exigir comportamento diverso, posto que erro inescusável ou sem justificativa plausível”.⁷⁰

E complementa, ainda, o autor:

A culpa pode empenhar ação ou omissão e revela-se através da *imprudência*: comportamento açodado, precipitado, apressado, exagerado ou excessivo; *negligência*: quando o agente se omite, deixa de agir quando deveria fazê-lo e deixa de observar regras subministradas pelo bom senso, que recomendam cuidado, atenção e zelo; e *imperícia*: a atuação profissional sem o necessário conhecimento técnico ou científico que desqualifica o resultado e conduz ao dano.⁷¹

Para aferir a diligência exigível do agente e caracterizar a sua culpa, utiliza-se o critério do *homo medius*, do homem ideal, que representa aquele que prevê diligentemente o mal e, precavidamente, evita o perigo.⁷²

O instituto é dividido em três graus: grave, leve e levíssimo. A culpa grave é a que se manifesta de forma grosseira e, como tal, se aproxima do dolo. Nesta se inclui também a chamada *culpa consciente*, quando o agente assume o risco de que o evento danoso e previsível não ocorrerá. A culpa leve é a que se caracteriza pela infração a um dever de conduta relativa ao homem médio, o bom pai de família. São situações nas quais, em tese, o homem comum não

⁶⁹ RIZZARDO, Arnaldo. **Responsabilidade civil**: Lei n. 10.406, de 10.01.2002. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 2.

⁷⁰ STOCO, Rui. **Tratado de responsabilidade civil**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 132.

⁷¹ Ibidem, p. 132.

⁷² GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 531.

transgrediria o dever de conduta. A culpa levíssima é constatada pela falta de atenção extraordinária, que somente uma pessoa muito atenta ou muito perita, dotada de conhecimento especial para o caso concreto, poderia ter. Entende-se que, mesmo levíssima, a culpa obriga a indenizar. [...] não é a intensidade da culpa que gradua o dano, mas o efetivo valor do prejuízo.⁷³

Discorrendo sobre a distinção entre a conduta culposa e a dolosa, Sergio Cavalieri Filho sintetiza: “em suma, no dolo o agente quer a ação e o resultado, ao passo que na culpa ele só quer a ação, vindo a atingir o resultado por desvio de conduta decorrente de falta de cuidado”.⁷⁴

2.3 Teoria da responsabilidade subjetiva, ou com culpa

O Código Civil, com as novas alterações, adotou a teoria subjetiva como regra geral ao prever, em seu artigo 186, que comete ato ilícito quem causa dano a outrem mediante ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência.

Esse dispositivo legal apresenta os quatro pressupostos da responsabilidade civil subjetiva que podem ser claramente identificados, a saber: ação ou omissão, expressos pelos termos “aquele que, por ação ou omissão”; culpa, que fica patente pela expressão “voluntária, negligência ou imperícia”; nexa causal, que consta expresso no verbo “causar”; e dano, revelado pela expressão “violar direito ou causar dano a outrem”.

Dentre os pressupostos identificados acima, aquele que é fundamental para a teoria subjetiva é a culpa. Nessa teoria, é fundamental a investigação do comportamento do agente, uma

⁷³ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: responsabilidade civil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 25.

⁷⁴ CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 31.

vez que o pressuposto para a obrigação de indenizar é a sua conduta culposa.⁷⁵ Leciona Antônio Elias de Queiroga que se o agente não age culposamente, não há porque responsabilizá-lo.⁷⁶

De fato, a idéia de culpa está intimamente ligada à responsabilidade, isso porque, via de regra, pessoa alguma pode merecer censura ou juízo de reprovação sem ter faltado com o dever de cautela em suas ações.⁷⁷

Assim, para a essa teoria, “só é imputável, a título de culpa, aquele que praticou o fato culposos possível de ser evitado. Não há responsabilidade quando o agente não pretendeu e nem podia prever, tendo agido com a necessária cautela”.⁷⁸

A crítica maior que se faz à teoria subjetiva diz respeito à prova. Em regra, é incumbência da vítima demonstrar a conduta culposa do agente causador do evento danoso, tarefa das mais difíceis em juízo. Diversas vezes, ela não obtém o devido ressarcimento por causa da impossibilidade que encontra de desempenhar esse mister.⁷⁹

2.4 Teoria da responsabilidade objetiva, ou sem culpa

A doutrina objetiva, distanciando-se dos elementos tradicionais caracterizadores da responsabilidade civil, assenta-se na equação binária em que são pólos o dano e a autoria do

⁷⁵ ALONSO, Paulo Sérgio Gomes. **Pressupostos da responsabilidade civil objetiva**. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 20.

⁷⁶ QUEIROGA, Antônio Elias. **Responsabilidade civil e o novo código civil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 10.

⁷⁷ CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 16.

⁷⁸ RIZZARDO, Arnaldo. **Responsabilidade civil**: Lei n. 10.406, de 10.01.2002. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 29.

⁷⁹ QUEIROGA. Op. cit. p. 10.

evento danoso. Não se cogita a imputabilidade do agente, nem se investiga a antijuridicidade do fato, importando apenas que seja verificado se ocorreu o evento e se dele emanou prejuízo.⁸⁰

Sergio Cavaliere Filho afirma que a culpa “pode ou não existir, mas será sempre irrelevante para a configuração do dever de indenizar”.⁸¹

A teoria objetiva surgiu para desvincular a obrigação de reparar o dano sofrido da idéia de culpa, tendo por base o risco, em vista da dificuldade da prova pelo lesado para obter a reparação.⁸²

Como fundamento para a responsabilidade sem culpa foi concebida a teoria do risco, segundo a qual todo prejuízo deve ser atribuído ao seu autor e reparado por quem o causou, independente de ter ou não agido com culpa, quando a atividade envolver riscos.⁸³

No ordenamento jurídico brasileiro, a responsabilidade objetiva foi acolhida, como exceção à regra da subjetiva, no parágrafo único do artigo 927 do Código Civil, o qual prevê a obrigação de reparar o dano, mesmo que não demonstrada a culpa do agente, em duas situações: nos casos previstos em lei ou quando a atividade normalmente desenvolvida por ele implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem. O referido dispositivo, segundo Pablo Stolze Gagliano, consagra a teoria do risco.⁸⁴

⁸⁰ STOCO, Rui. **Tratado de responsabilidade civil**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 151.

⁸¹ CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 126.

⁸² ALONSO, Paulo Sérgio Gomes. **Pressupostos da responsabilidade civil objetiva**. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 40.

⁸³ CAVALIERI FILHO. Op. cit. p. 128.

⁸⁴ GAGLIANO, Pablo Stolze. **A responsabilidade extracontratual no novo código civil e o surpreendente tratamento da atividade de risco**. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4003>>. Acesso em: 05 set. 10.

Quanto às situações disciplinadas em lei, podem ser mencionados os seguintes casos de adoção da teoria objetiva, em que se determina a responsabilização do causador do dano sem cogitar se ele agiu culposamente: Decreto nº 2.681, de 7 de dezembro de 1912⁸⁵, que trata da responsabilidade das estradas de ferro pelos danos causados aos proprietários marginais; Código de Defesa do Consumidor⁸⁶, que responsabiliza o fornecedor de produtos ou serviços por danos causados ao consumidor; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981⁸⁷, referente aos danos causados ao meio ambiente; Constituição da República Federativa do Brasil, que prevê, em seu artigo 37, §6º⁸⁸, a responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado prestadoras de serviços públicos pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

Para Carlos Roberto Gonçalves, “toda atividade perigosa por sua natureza cria um risco de causar danos a terceiros. O proprietário que a desenvolve, de acordo com seu interesse, deve reparar os danos experimentados pelas vítimas, se tal prejuízo se concretizar em decorrência do risco criado”.⁸⁹

Importante salientar que tal atividade deve ser desenvolvida normalmente pelo ofensor, o que significa que precisa haver “uma prática da atividade perigosa sem sobressaltos, em geral derivada da habitualidade com que é exercida”.⁹⁰ É preciso avaliar, no caso concreto, a

⁸⁵ DECRETO N. 2.681, de 7 de dezembro de 1912. Regula a responsabilidade civil das estradas de ferro. Norma publicada como Decreto do Poder Legislativo. Coleção das Leis do Brasil, 1912, v. 1, p. 285.

⁸⁶ LEI N. 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. DOU de 12 nov. 90, p. 1. Retificado no DOU de 10 jan. 07, p. 1.

⁸⁷ LEI N. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. DOU de 02 set. 81, p. 16509.

⁸⁸ § 6º. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

⁸⁹ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 537.

⁹⁰ AGUIAR, Roger Silva. **Responsabilidade civil objetiva: do risco à solidariedade**. São Paulo: Atlas, 2007, p. 57.

atividade costumeira do ofensor e não uma atividade esporádica ou eventual, qual seja, aquela que, por um momento ou uma circunstância, possa ser um ato de risco, sob pena de transformar em regra o que o legislador colocou como exceção.⁹¹

De acordo com Rui Stoco, como a adoção dessa teoria é exceção à regra, a sua aplicação deve ser restrita, devendo incidir apenas nas atividades em que se imponha um risco anormal e especial.⁹²

Em torno da idéia central do risco, que é um dos componentes mais relevantes da teoria objetiva, surgiram algumas teorias, que se passa a analisar.

A primeira delas é a do risco-proveito, segundo a qual o exercício da atividade de risco pressupõe a busca de um determinado proveito, em geral de natureza econômica, que surge como decorrência da própria atividade potencialmente danosa.⁹³ Dessa forma, é responsável “aquele que tira proveito da atividade danosa, com base no princípio de que, onde está o ganho, aí reside o encargo”.⁹⁴

A sua dificuldade está em evidenciar o proveito que o ofensor auferir com a atividade, que nem sempre fica muito claro.⁹⁵

A segunda teoria é a do risco profissional, que trata do risco pertinente à atividade laboral na relação jurídica de vínculo empregatício que se forma entre o empregador e o

⁹¹ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: responsabilidade civil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 12.

⁹² STOCO, Rui. **Tratado de responsabilidade civil**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 165.

⁹³ GAGLIANO, Pablo Stolze. **A responsabilidade extracontratual no novo código civil e o surpreendente tratamento da atividade de risco**. Disponível em : <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4003>>. Acesso em: 05 set. 10.

⁹⁴ CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 129.

⁹⁵ VENOSA. Op. cit., p. 13.

empregado. O objetivo é afastar a necessidade de provar a culpa, impondo ao empregador a obrigação do ressarcimento por acidentes ocorridos com seus empregados.⁹⁶

Outra que surgiu foi a do risco criado, para a qual “o agente deve indenizar quando, em razão de sua atividade ou profissão, cria um perigo”.⁹⁷

Paulo Sérgio Gomes Alonso explica que se alguém põe em funcionamento uma lícita atividade perigosa, responderá pelos danos causados a terceiros, em decorrência dessa atividade, independentemente da comprovação de sua culpa.

É natural que o homem, no desenvolvimento de suas atividades, crie novas tecnologias para o atendimento de seus objetivos e, com isto, novas fontes de perigo sejam geradas contra ele próprio, com o aumento significativo de riscos à sua segurança pessoal.

Criou-se, também, a teoria do risco excepcional, que defende a reparação do dano sempre que este for consequência de um risco excepcional que escape à comum atividade da vítima, mesmo que estranho ao trabalho normalmente exercido. São exemplos os casos de rede elétrica de alta tensão, exploração de energia nuclear e materiais radioativos. Para aqueles que exploram essas atividades resulta o dever de indenizar, independente da existência de culpa.⁹⁸

Outra teoria que se destacou foi a do risco integral, a qual proclama que o agente deve reparar o dano que causou independente de ter agido culposamente, não perquirindo sobre as

⁹⁶ ALONSO, Paulo Sérgio Gomes. **Pressupostos da responsabilidade civil objetiva**. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 61.

⁹⁷ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: responsabilidade civil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 15.

⁹⁸ CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 129-130.

circunstâncias do fato causador do dano, bastando que este ocorra e que esteja vinculado ao ato do ofensor para assegurar à vítima o direito à reparação.⁹⁹

Entende Sergio Cavalieri Filho que essa é uma modalidade extremada da teoria do risco, pois se destina a justificar o dever de indenizar até mesmo nos casos em que inexiste o nexo causal.¹⁰⁰

2.5 Dano moral ambiental coletivo

A degradação do meio ambiente gera, de imediato, o dano patrimonial ambiental. Com relação a isso não existe divergência, nem na doutrina jurídica, nem na jurisprudência dos tribunais do nosso país. Agora, o que se procura saber, nessa pesquisa, é se essa degradação gera uma outra espécie de reparação conhecida como dano moral ambiental coletivo ou dano extrapatrimonial.

O artigo 1º da Lei 7.347, de 24 de julho de 1985¹⁰¹, a Lei da Ação Civil Pública, com nova redação dada pela Lei 8.884, de 11 de junho de 1994¹⁰² (denominada Lei Antitruste), estatui em seu art. 1º, *verbis*: Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: I - ao meio-ambiente; Esse dispositivo, que ampliou sobremaneira a possibilidade de responsabilidade por danos morais ou extrapatrimoniais e que consagrou, no nosso ordenamento jurídico, tal possibilidade, se

⁹⁹ ALONSO, Paulo Sérgio Gomes. **Pressupostos da responsabilidade civil objetiva**. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 57.

¹⁰⁰ CAVALIERI FILHO, Sergio **Programa de responsabilidade civil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 130.

¹⁰¹ LEI Nº 7.347, de 24.07.85. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências. DOFC de 25.07.1985, p. 10.649.

¹⁰² LEI Nº 8.884, de 11.06.94. Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências. DO de 13.06.94, p. 8.437.

constitui no substrato ideológico que enseja a discussão sobre a condenação por dano moral ambiental coletivo, decorrente da degradação do meio ambiente.

Igualmente, o Código de Defesa do Consumidor consigna a hipótese aplicável à ofensa a todos os interesses metaindividuais. Diante do que existe no ordenamento jurídico brasileiro, poder-se-ia concluir pela possibilidade de condenação por dano moral ambiental coletivo? Essa é a pergunta que não quer calar. Os interesses metaindividuais citados estão envolvidos nessa questão. Por isso, faz-se necessário, neste momento, a exposição do seu conceito.

Os interesses metaindividuais, também conhecidos como interesses transindividuais, surgiram mesmo com a própria evolução do Estado liberal, nascido com a Revolução Francesa, para o Estado Social que se tem hoje. Objetivando evidenciar o social, o Estado, com essa finalidade, teve que se intrometer nos interesses individuais, relativizando, assim, a propriedade. Desse modo, em nome do coletivo, a propriedade não é mais absoluta, como ocorria na Idade Média, onde ela se prestava a atender, unicamente, aos interesses individuais. Atualmente, o uso e gozo individual da propriedade tem que se dá observando-se os direitos de toda a coletividade. Nisso se encerra a função social da propriedade, que se concretiza no fato de que o Estado garante o direito de propriedade, porém, de forma relativa, no instante em que ela tem que atender aos interesses sociais. Essa imposição do Estado moderno fez surgir uma nova subespécie de interesses, que se insere nos chamados interesses metaindividuais, qual seja, o interesse coletivo.

Os interesses metaindividuais excedem o âmbito estritamente individual e também não são classificados como de interesse público. Sendo assim eles se posicionam numa faixa intermediária entre os interesses privados, cujo titular é o cidadão e os interesses públicos, cujo

titular é o Estado. O interesse metaindividual é gênero do qual são espécies os interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

O Código de Defesa do Consumidor, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, positiva, em seu art. 81, parágrafo único, incisos I a III, essas novas espécies de interesses que surgiram com o Estado Social, *verbis*:

Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo. Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato (interesses difusos);

II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base (interesses coletivos);

III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum (interesses individuais homogêneos).

Os interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, muito embora possuam traços comuns, pelo fato de serem oriundos da mesma fonte, não se confundem. Se o direito é individual, disponível e não-homogêneo, a defesa será exercida pelo próprio titular, por intermédio de advogado constituído por ele, por intermédio de defensor público, quando se tratar de pessoa hipossuficiente, isto é, economicamente mais fraca, ou por intermédio do Procon ou dos Juizados Especiais Cíveis. Porém, se o direito é coletivo, indisponível, indivisível e homogêneo a defesa será exercida pelo Ministério Público e pelas demais pessoas legitimadas elencadas no art. 82 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990¹⁰³, e no art. 5º da Lei 7.347, de 24 de julho de 1985 – Lei da Ação Civil Pública.

¹⁰³ LEI Nº 8.078, de 11.09.90. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. DO de 12.09.90, p. 1 (suplemento).

É titular de um interesse difuso o grupo, a classe ou categoria indeterminável de pessoas, reunidas entre si pela mesma situação de fato, onde o interesse é compartilhado em igual medida por todos os integrantes do grupo, porém, sem poder ser dividido entre as pessoas que compõem o grupo. Exemplos: os moradores de uma região atingida pela poluição ambiental ou os destinatários de uma propaganda enganosa. É titular de um interesse coletivo um grupo determinável de pessoas, que estão reunidas pela mesma relação jurídica básica. Exemplo: as pessoas que assinam um contrato de adesão. É titular de um interesse individual homogêneo um grupo determinável de pessoas, cujo interesse é compartilhado, quantificado e dividido entre os integrantes do grupo. Exemplo: as pessoas integrantes de uma colônia de pescadores, cujas águas do rio foram contaminadas por mercúrio ou as pessoas que adquirem um produto com o mesmo defeito de fábrica.

O que difere o interesse difuso do interesse coletivo e individual homogêneo é que, enquanto no interesse difuso as pessoas que constituem o grupo são indetermináveis, no interesse coletivo e individual homogêneo elas são determináveis. Todos esses interesses podem ser objeto de defesa da Ação Civil Pública. Dito isso, necessário se faz retornar ao assunto objeto da pesquisa, qual seja, saber se é possível se proceder à condenação por dano moral ambiental coletivo.

Discorrendo sobre essa matéria, William Figueiredo de Oliveira¹⁰⁴ nos ensina:

O pressuposto básico para o configuração do dano moral ambiental, reside na ofensa à saúde e à qualidade de vida da população. Conclui-se, nesse ínterim, que toda ofensa ao meio ambiente capaz de ensejar uma diminuição na qualidade de vida da comunidade ou do indivíduo é passível de reparação por danos morais. Como vimos anteriormente, não é crível negar aos direitos coletivos, difusos e individuais homogêneos reparação por danos com reflexos não patrimoniais.

¹⁰⁴ OLIVEIRA, William Figueiredo de. *Dano Moral Ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007, p. 113-114.

O conceito de dano moral ambiental, nas palavras de Morato Leite, Dantas e Fernandes¹⁰⁵, mereceu o seguinte tratamento: “Desse modo, um dos pressupostos básicos para a configuração do dano moral coletivo pode ser a ofensa à saúde e à qualidade de vida da População. Assim sendo, toda vez que a ofensa ao meio ambiente configurar, além de prejuízos de ordem patrimonial, uma diminuição da qualidade de vida da população, p. ex., será possível a reparação por danos morais”.

Do mesmo modo, Daniela A. Rodrigueiro¹⁰⁶:

O que pretendemos, pois, provar, é a existência de um dano superior, um dano maior, alheio à questão da pura devastação de uma mata, da destruição de espécies da fauna ou da flora, da camada de ozônio, etc., buscamos concretizar a existência de um dano que atinge exclusivamente os titulares dos direitos difusos por excelência, quais sejam, todos nós.

Afirmar este dano que denominamos “Dano Moral Ambiental” a princípio nos pareceu tarefa complexa porque muitos estudiosos e notadamente aqueles que lidam com o direito ambiental, na maioria das vezes, calam-se diante da existência do dano moral ambiental.

Queremos dizer, melhor esclarecendo que, a exemplo do desastre na Baía da Guanabara no Rio de Janeiro ou o acidente ecológico de Galápagos, não há apenas de se dizer do meio ambiente natural degradado, não podemos apenas resumir nosso descontentamento em face das espécies ameaçadas, das águas poluídas, das áreas de proteção ambiental atingidas, enfim, de todos os recursos ambientais possivelmente afetados.

Claro que deveremos considerar estas lesões, mas não somente elas, em si mesmas encerradas: elas em razão do próprio homem, é o que outrora apontamos, como regra tem feito a doutrina mais autorizada, em denominar este fato sob uma visão antropocêntrica, posto que atingir uma espécie, um local de proteção ambiental é atingir, de última análise, o próprio homem; mas, além disso, é necessário que quantifiquemos na ótica da apreciação da responsabilidade dos causadores da degradação ambiental, também o prejuízo social subjetivo causado aos titulares deste interesse que sabemos, o é, por excelência difuso.

Não basta ao degradador ser condenado para fins de recuperar o meio ambiente; quanto custa o replantio da mata destruída, a quanto equivale o trabalho de recomposição, de retirada das águas do óleo ali derramado, a limpeza das praias, até mesmos os interesses individuais homogêneos daqueles pescadores que viviam da pesca e, sem rede, sem barcos, sem peixe, hoje têm, sem qualquer dúvida, um imenso dano a ser computado.

¹⁰⁵ MORATO LEITE, José Rubens, DANTAS, Marcelo Buzaglo e FERNANDES, Daniele Cana Verde. **O Dano Moral Ambiental e sua Reparação**, in Revista de Direito Ambiental nº 04. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p. 67.

¹⁰⁶ RODRIGUEIRO, Daniela A. **Dano Moral Ambiental: sua defesa em Juízo, em busca da vida digna e saudável**. Editora Juarez de Oliveira, 2004, São Paulo, p. 177-179.

Pela exposição, vê-se que as várias correntes doutrinárias apresentadas são unânimes em admitir a possibilidade de condenação por dano moral ambiental coletivo no caso de degradação do meio ambiente.

3 ANÁLISE DO RECURSO ESPECIAL Nº 598.281/MG

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ação civil pública contra o Município de Uberlândia e a empresa Empreendimentos Canaã Ltda, em face de agressão causada ao meio ambiente por loteamento urbano. O juízo singular condenou os réus à reparação por danos patrimoniais e extrapatrimoniais. Em reexame necessário, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais reformou a sentença para excluir da condenação os danos morais, cujo acórdão restou assim ementado:

ACÇÃO CIVIL PÚBLICA - DANOS AO MEIO AMBIENTE. REPARAÇÃO. Procede o pedido formulado em ação civil pública, uma vez comprovado nos autos que houve prejuízo ao meio ambiente, sendo de se responsabilizar os agentes que, por ação ou omissão, tenham lesado o meio ambiente, os quais devem reparar o dano.

Inconformado, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea “a” da Constituição Federal, interpôs Recurso Especial. Admitido no Tribunal a quo, os autos do processo foram remetidos ao Superior Tribunal de Justiça, autuados como Resp 598.281/MG¹⁰⁷ e distribuídos para a relatoria do Ministro Luiz Fux que lhe deu provimento, argumentado para tanto que o meio ambiente ostenta, modernamente, valor inestimável para a humanidade, sendo por isso elevado à eminência de garantia constitucional. Asseverou também que o advento do novel ordenamento constitucional - no que concerne à proteção ao dano moral - possibilitou ultrapassar a barreira do indivíduo para abranger o dano

¹⁰⁷ BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 1ª Turma. RESP nº 598.281/MG. Relator: Min. Luiz Fux. Brasília, DF, 02 mai. 06. DJ de 01 jun. 06.

extrapatrimonial à pessoa jurídica e à coletividade e mais, que em se tratando de proteção ao meio ambiente, podem co-existir o dano patrimonial e o dano moral, interpretação que prestigia a real interpretação da Constituição em favor de um ambiente sadio e equilibrado. Vencido o Ministro Relator quando do julgamento do recurso, lavrou o acórdão o Ministro Teori Albino Zavascki. O acórdão recebeu a seguinte ementa: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. DANO MORAL COLETIVO. NECESSÁRIA VINCULAÇÃO DO DANO MORAL À NOÇÃO DE DOR, DE SOFRIMENTO PSÍQUICO, DE CARÁTER INDIVIDUAL. INCOMPATIBILIDADE COM A NOÇÃO DE TRANSINDIVIDUALIDADE (INDETERMINABILIDADE DO SUJEITO PASSIVO E INDIVISIBILIDADE DA OFENSA E DA REPARAÇÃO). RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

O Ministro Teori Albino Zavascki negou provimento ao recurso especial ao argumento de que a vítima do dano moral é, necessariamente, uma pessoa e que por isso não parece ser compatível com o dano moral a idéia da transindividualidade (onde existe a indeterminabilidade do sujeito passivo) e da indivisibilidade da ofensa e da reparação da lesão.

Até mesmo em atenção ao princípio da precaução, pode-se dizer, no meu modo de entender, que quem melhor andou nesse julgamento foi o Ministro Luiz Fuz, pois o seu voto se apresenta como uma forma de fortalecer a responsabilidade civil, enquanto instrumento de defesa e proteção do meio ambiente.

Seguiu o entendimento do Ministro Luiz Fux o Ministro José Delgado, que fundamentou o seu voto com o argumento de que a Súmula nº 37 do Superior Tribunal de Justiça, *corrigindo anteriores distorções em relação à matéria, assentou: “são cumuláveis as indenizações por dano patrimonial e moral oriundas do mesmo fato.”*

Por outro lado, os Ministros Francisco Falcão e Denise Arruda discordaram do Ministro Luiz Fux, acompanhando, por consequência, os fundamentos do voto do Ministro Teori Albino Zavascki.

O inteiro teor dos votos dos Ministros proferidos no julgamento do Recurso Especial em comento encontra-se nos Anexos I a V da presente pesquisa.

CONCLUSÃO

A Constituição Federal prescreve em seu art. 225, *verbis* Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Em seu inciso X, art. 5º, a Constituição Federal prescreve: X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. O novo Código Civil, lei nº 10.406/02, em seu artigo 186, estatui *verbis*: Art. 186 - Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Por sua vez, o art. 1º da Lei 7347/85 – Lei da Ação Civil Pública, dispõe: "Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: I - ao meio ambiente.

O direito está positivado nos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais acima citados e o artigo 1º da Lei da Ação Civil Pública se constitui no remédio jurídico que se dispõe à defesa desse direito. Então não há dúvidas. Existe um direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado onde todos são titulares desse direito e existe o remédio jurídico que o garante contra sua eventual violação. Em ocorrendo essa violação cabe ao Estado, nas democracias de direito, restaurá-lo. O Estado democrático de direito não pode perder de vista isso. Negar o dano moral ambiental coletivo ao argumento de que as pessoas que compõem o grupo são titulares de interesses metaindividuais, isto é, transindividuais, onde é difícil se determinar o sujeito passivo, se proceder à divisão da reparação da ofensa ou até mesmo se mensurar o *quantum debeatur*, não procede, porque esses são argumentos, que, por si só, não se sustentam. São questões

secundárias para as quais cabe ao Poder Judiciário solucioná-las. O que não pode é o Poder Judiciário, levar em consideração argumentos frágeis e deixar o direito pisoteado.

A pessoa, individualmente considerada, que é titular de um direito individual, disponível e não-homogêneo, pode, segundo a lei, proceder à defesa desse direito, pessoalmente, por intermédio de advogado constituído por ela, por intermédio de defensor público, quando se tratar de pessoa hipossuficiente, isto é, economicamente mais fraca ou por intermédio do Procon e dos Juizados Especiais Cíveis. Por que essa mesma pessoa, só porque se encontra inserida num grupo não pode ver o direito de que é titular, eventualmente violado, recomposto pelo Estado? Só por que pertence a um grupo? Só por que o seu direito se reveste de transindividualidade? Só por que o seu direito não pode ser medido? Não, esses argumentos não podem subsistir sob pena de se gerar insegurança jurídica e também se prestigiar a própria descaracterização do Estado Democrático de Direito. Sim, por que o Estado Democrático de Direito se caracteriza também pelo fato de que, uma vez violado o direito, o mesmo terá que ser reparado. As pessoas que compõem a coletividade, também têm, individualmente falando, sofrimento pela devastação do meio ambiente.

O episódio que ocorreu recentemente no golfo do México, onde a BP, empresa exploradora de petróleo, deixou vazar no mar milhões de barris de óleo, causou sentimento, revolta e indignação em toda a população mundial. Do mesmo modo, o acidente ocorrido na Baía da Guanabara, onde se verificou a morte de várias espécies de peixe. O art. 1º da Lei da ação civil pública menciona que suas determinações têm como finalidade a reparação aos danos morais e materiais. Determinando, inclusive a reparação do dano moral ambiental.

A jurisprudência brasileira tem se dividido, ora admitindo, ora se posicionando pela inadmissibilidade de tal figura, como verificou essa pesquisa com análise dos votos proferidos quando do julgamento do Recurso Especial 598.281. A proteção aos direitos sociais é fruto da nova configuração de Estado social que se tem nos tempos contemporâneos. Então, como o direito está tutelado na ordem constitucional e infraconstitucional, terá que ser, uma vez violado, restaurado. Por tudo isso, ressalte-se a orientação do senso comum, a qual se filia para conceber o dano moral ambiental coletivo, decorrente da degradação do meio ambiente, tanto como meio de se fazer justiça, como forma de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Roger Silva. **Responsabilidade civil objetiva: do risco à solidariedade**. São Paulo: Atlas, 2007.
- ALONSO, Paulo Sérgio Gomes. **Pressupostos da responsabilidade civil objetiva**. São Paulo: Saraiva, 2000.
- ARAÚJO, Vaneska Donato de (Org.). **Responsabilidade civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- BELMONTE, Alexandre Agra. **Curso de responsabilidade trabalhista: danos morais e patrimoniais nas relações de trabalho**. São Paulo: LTr, 2008.
- BENJAMIN, Antônio Herman V. **Dano Ambiental Prevenção, Reparação e Repressão**. v. 2. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993.
- BIANCHI, Patrícia Nunes Lima. **Meio Ambiente: Certificações Ambientais e Comércio Internacional**. v. VIII. Curitiba: Juruá Editora, 2002.
- BRAGA NETTO, Felipe P. **Responsabilidade civil**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 1ª Turma. RESP nº 598.281/MG. Relator: Min. Luiz Fux. Brasília, DF, 02 mai. 06. DJ de 01 jun. 06.
- CAIRO JÚNIOR, José. **O acidente do trabalho e a responsabilidade civil do empregador**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2006.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil**. v. 7. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERREIRA, Heline Sivini; LEITE, José Rubens Morato. *Estado de Direito Ambiental: Tendências*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004.

GAGLIANO, Pablo Stolze. **A responsabilidade extracontratual no novo código civil e o surpreendente tratamento da atividade de risco**. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4003>>. Acesso em: 05 set. 10.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 17. ed. Rev, atual. e amp. São Paulo: Malheiros, 2009.

MORATO LEITE, José Rubens, DANTAS, Marcelo Buzaglo e FERNANDES, Daniele Cana Verde. *O Dano Moral Ambiental e sua Reparação*, in Revista de Direito Ambiental nº 04. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

MOREIRA, Danielle de Andrade. *Direito, Estado e Sociedade*. nº 20, Pontifícia Universidade Católica – Departamento de Direito, Rio de Janeiro, janeiro-julho 2002.

OLIVEIRA, William Figueiredo de. *Dano Moral Ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

PINTO, Eduardo Viana. **Responsabilidade civil de acordo com o novo código civil**. Porto Alegre: Síntese 2002.

QUEIROGA, Antônio Elias. **Responsabilidade civil e o novo código civil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

RIZZARDO, Arnaldo. **Responsabilidade civil**: Lei n. 10.406, de 10.01.2002. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

RODRIGUEIRO, Daniela A. **Dano Moral Ambiental**: sua defesa em Juízo, em busca da vida digna e saudável. Editora Juarez de Oliveira, 2004, São Paulo.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

STOCO, Rui. **Tratado de responsabilidade civil**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**: responsabilidade civil. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ANEXO A - VOTO DO MINISTRO LUIZ FUX

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AO MEIO AMBIENTE. DANO MATERIAL E MORAL. ART. 1º DA LEI 7347/85.

1. O art. 1º da Lei 7347/85 dispõe: "Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados:

I - ao meio ambiente;

II - ao consumidor;

III - a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IV - a qualquer outro interesse difuso ou coletivo;

V - por infração da ordem econômica."

2. O meio ambiente ostenta na modernidade valor inestimável para a humanidade, tendo por isso alcançado a eminência de garantia constitucional.

3. O advento do novel ordenamento constitucional - no que concerne à proteção ao dano moral - possibilitou ultrapassar a barreira do indivíduo para abranger o dano extrapatrimonial à pessoa jurídica e à coletividade.

4. No que pertine a possibilidade de reparação por dano moral a interesses difusos como sói ser o meio ambiente amparam-na o art. 1º da Lei da Ação Civil Pública e o art. 6º, VI, do CDC.

5. Com efeito, o meio ambiente integra inegavelmente a categoria de interesse difuso, posto inapropriável uti singuli. Consectariamente, a sua lesão, caracterizada pela diminuição da qualidade de vida da população, pelo desequilíbrio ecológico, pela lesão a um determinado espaço protegido, acarreta incômodos físicos ou lesões à saúde da coletividade, revelando atuar ilícito contra o patrimônio ambiental, constitucionalmente protegido.

6. Deveras, os fenômenos, analisados sob o aspecto da repercussão física ao ser humano e aos demais elementos do meio ambiente constituem dano patrimonial ambiental.

7. O dano moral ambiental caracterizar-se quando, além dessa repercussão física no patrimônio ambiental, sucede ofensa ao sentimento difuso ou coletivo - v.g.: o dano causado a uma paisagem causa impacto no sentimento da comunidade de determinada região, quer como v.g; a supressão de certas árvores na zona urbana ou localizadas na mata próxima ao perímetro urbano.

8. Consectariamente, o reconhecimento do dano moral ambiental não está umbilicalmente ligado à repercussão física no meio ambiente, mas, ao revés, relacionado à transgressão do sentimento coletivo, consubstanciado no sofrimento da comunidade, ou do grupo social, diante de determinada lesão ambiental.

9. Destarte, não se pode olvidar que o meio ambiente pertence a todos, porquanto a Carta Magna de 1988 universalizou este direito, erigindo-o como um bem de uso comum do povo. Desta sorte, em se tratando de proteção ao meio ambiente, podem co-existir o dano patrimonial e o dano

moral, interpretação que prestigia a real exegese da Constituição em favor de um ambiente sadio e equilibrado.

10. Sob o enfoque infraconstitucional a Lei n. 8.884/94 introduziu alteração na LACP, segundo a qual passou restou expresso que a ação civil pública objetiva a responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados a quaisquer dos valores transindividuais de que cuida a lei.

11. Outrossim, a partir da Constituição de 1988, há duas esferas de reparação: a patrimonial e a moral, gerando a possibilidade de o cidadão responder pelo dano patrimonial causado e também, cumulativamente, pelo dano moral, um independente do outro.

12. Recurso especial provido para condenar os recorridos ao pagamento de dano moral, decorrente da ilicitude perpetrada contra o meio ambiente, nos termos em que fixado na sentença (fls. 381/382).

ANEXO B - VOTO DO MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASKI

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. DANO MORAL COLETIVO. NECESSÁRIA VINCULAÇÃO DO DANO MORAL À NOÇÃO DE DOR, DE SOFRIMENTO PSÍQUICO, DE CARÁTER INDIVIDUAL. INCOMPATIBILIDADE COM A NOÇÃO DE TRANSINDIVIDUALIDADE (INDETERMINABILIDADE DO SUJEITO PASSIVO E INDIVISIBILIDADE DA OFENSA E DA REPARAÇÃO). RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

O EXMO. SR. MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI:

1. Trata-se de recurso especial apresentado pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça daquele Estado, nos autos de ação civil pública movida pelo ora recorrente em face do Município de Uberlândia e de empresa imobiliária visando à paralisação da implantação de loteamento e à reparação dos danos causados ao meio ambiente, além de indenização em dinheiro a título de danos morais. O TJMG, em reexame necessário, determinou a exclusão da indenização por danos morais fixada pela sentença em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para cada réu, à consideração de que "dano moral é todo sofrimento causado ao indivíduo em decorrência de qualquer agressão aos atributos da personalidade ou a seus valores pessoais, portanto de caráter individual, inexistindo qualquer previsão de que a coletividade passa ser sujeito passivo do dano moral. O art. 1º da Lei 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) apenas determina que nos casos de ocorrência de dano moral ou patrimonial causados nas hipóteses relacionadas a ação reger-se-á pelos dispositivos da LACP, não cabendo a interpretação inversa, com o fim de tornar o dano moral indenizável em todas as hipóteses descritas nos incisos I a V do art. 1º da referida lei. Por certo, quando o dano apurado em ação civil pública for causado a um indivíduo, que comprove ter sido lesado em seus valores pessoais, não há dúvida de que possível será a indenização por danos morais" (fl. 462). Foram rejeitados os embargos de declaração opostos pelo ora recorrente, em que afirmava a reparabilidade do dano moral coletivo causado pela lesão ao meio ambiente (fls. 476-478).

No recurso especial, o Ministério Público, amparado na alínea *a* do permissivo constitucional, aponta ofensa aos arts. 1º da Lei 7.347/85 e 14, § 1º, da Lei 6.938/81, sustentando, em síntese, que (a) o art. 1º da Lei 7.347/85 prevê a possibilidade de que a coletividade seja sujeito passivo de dano moral; (b) sendo o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225 da CF) difuso e pertencente à coletividade de maneira autônoma e indivisível, sua lesão "atinge concomitantemente a pessoa no seu *status* de indivíduo relativamente à quota-parte de cada um e, de forma mais ampla, toda a coletividade" (fl. 490); (c) no caso concreto, o acórdão reconheceu expressamente a ocorrência do dano ambiental, razão pela qual não poderia negar o pedido de indenização por dano moral coletivo; (d) o STJ, em hipótese relativa à prática de ato de improbidade administrativa, decidiu ser a ação civil pública meio idôneo para a reparação de dano moral ou patrimonial; (e) a quantia a ser paga a título de dano moral tem dupla finalidade: reparar a lesão ao meio ambiente e coibir práticas ilícitas. Pleiteia "seja restabelecida a condenação imposta na sentença e elevado o valor da indenização a título de dano moral coletivo para a importância de R\$ 250.000,00 para cada recorrido" (fl. 496).

O relator, Min. Luiz Fux, deu provimento ao recurso especial, em acórdão cuja ementa abaixo se transcreve:

"AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AO MEIO AMBIENTE. DANO MATERIAL E MORAL. ART. 1º DA LEI 7347/85.

[...] Pedi vista.

2.O dano ambiental ou ecológico pode, em tese, acarretar também dano moral — como, por exemplo, na hipótese de destruição de árvore plantada por antepassado de determinado indivíduo, para quem a planta teria, por essa razão, grande valor afetivo.

Todavia, a vítima do dano moral é, necessariamente, uma pessoa. Não parece ser compatível com o dano moral a idéia da "transindividualidade" (= da indeterminabilidade do sujeito passivo e da indivisibilidade da ofensa e da reparação) da lesão. É que o dano moral envolve, necessariamente, dor, sentimento, lesão psíquica, afetando "a parte sensitiva do ser humano, como a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas" (Clayton Reis, *Os Novos Rumos da Indenização do Dano Moral*, Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 236), "tudo aquilo que molesta gravemente a alma humana, ferindo-lhe gravemente os valores fundamentais inerentes à sua personalidade ou reconhecidos pela sociedade em que está integrado" (Yussef Said Cahali, *Dano Moral*, 2ª ed., São Paulo: RT, 1998, p. 20, *apud* Clayton Reis, *op. cit.*, p. 237).

Nesse sentido é a lição de Rui Stoco, em seu *Tratado de Responsabilidade Civil*, 6ª ed., São Paulo: RT, que refuta a assertiva segundo a qual "sempre que houver um prejuízo ambiental objeto de comoção popular, com ofensa ao sentimento coletivo, estará presente o dano moral ambiental" (José Rubens Morato Leite, *Dano Ambiental: do individual ao extrapatrimonial*, 1ª ed., São Paulo: RT, 2000, p. 300, *apud* Rui Stoco, *op. cit.*, p. 854):

"No que pertine ao tema central do estudo, o primeiro reparo que se impõe é no sentido de que não existe 'dano moral ao meio ambiente'. Muito menos ofensa moral aos mares, rios, à Mata Atlântica ou mesmo agressão moral a uma coletividade ou a um grupo de pessoas não identificadas.

A ofensa moral sempre se dirige à pessoa enquanto portadora de individualidade própria; de um *vultus* singular e único.

Os danos morais são ofensas aos direitos da personalidade, assim como o direito à imagem constitui um direito de personalidade, ou seja, àqueles direitos da pessoa sobre ela mesma.

(...)

A Constituição Federal, ao consagrar o direito de reparação por dano moral, não deixou margem à dúvida, mostrando-se esmerada sob o aspecto técnico-jurídico, ao deixar evidente que esse dever de reparar surge quando descumprido o preceito que assegura o direito de resposta nos casos de calúnia, injúria ou difamação ou quando o sujeito viola a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas (art. 5º, incisos V e X), todos estes atributos da personalidade.

Ressuma claro que o dano moral é personalíssimo e somente visualiza a pessoa, enquanto detentora de características e atributos próprios e invioláveis.

Os danos morais dizem respeito ao foro íntimo do lesado, pois os bens morais são inerentes à pessoa, incapazes, por isso, de subsistir sozinhos. Seu patrimônio ideal é marcadamente

individual, e seu campo de incidência, o mundo interior de cada um de nós, de modo que desaparece com o próprio indivíduo.

(...)

Dúvida, portanto, não pode resumir de que a natureza e o meio ambiente podem ser degradados e danificados.

Esse dano é único e não se confunde com seus efeitos, pois a *meta optata* é o resguardo e a preservação, ou seja, a reparação com o retorno da natureza ao *statu quo ante*, e não a indenização com uma certa quantia em dinheiro ou a compensação com determinado valor.

Convém lembrar que a Magna Carta busca objetivo maior ao estabelecer que 'todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações' (art. 225).

De modo que, não sendo possível a recomposição imediata do dano causado ao meio ambiente, a condenação ao pagamento de multa e de um valor que seja suficiente para aquela futura restauração não exsurge como objetivo principal, mas apenas meio para alcançar a meta estabelecida pela Constituição da República.

(...)

Do que se conclui mostrar-se impróprio, tanto no plano fático como sob o aspecto lógico-jurídico, falar em dano moral ao ambiente, sendo insustentável a tese de que a degradação do meio ambiente por ação do homem conduza, através da mesma ação judicial, à obrigação de reconstituí-lo, e, ainda, de recompor o dano moral hipoteticamente suportado por um número indeterminado de pessoas." (pp. 855-857)

3. Ao contrário, portanto, do que afirma o recorrente — segundo o qual o reconhecimento da ocorrência de dano ambiental implicaria necessariamente o reconhecimento do dano moral (fl. 494) —, é perfeitamente viável a tutela do bem jurídico salvaguardado pelo art. 225 da Constituição (meio ambiente ecologicamente equilibrado), tal como realizada nesta ação civil pública, mediante a determinação de providências que assegurem a restauração do ecossistema degradado, sem qualquer referência a um dano moral.

Registre-se, por fim, não haver o autor sequer indicado, na presente ação civil pública, em que consistiria o alegado dano moral (pessoas afetadas, bens jurídicos lesados, etc.). Na inicial, a única referência ao dano moral consta do pedido, nos seguintes termos: "requer ainda a condenação dos réus ao pagamento de quantia em dinheiro, a título de danos morais, art. 1º da Lei 7.347/85, a ser oportunamente arbitrado por V. Exa., em face da ilicitude da conduta praticada pelos agentes" (fl. 9). Ora, nem toda conduta ilícita importa em dano moral, nem, como bem observou o acórdão recorrido, se pode interpretar o art. 1º da Lei da Ação Civil Pública de modo a "tornar o dano moral indenizável em todas as hipóteses descritas nos incisos I a V do art. 1º da referida lei" (fl. 462).

4. Pelas razões expostas, com a devida vênia do relator, nego provimento ao recurso especial. É o voto.

ANEXO C - VOTO DA MINISTRA DENISE ARRUDA

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE CIVIL PELOS DANOS MATERIAIS E MORAIS. LEI 7.347/85. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A lei de regência autoriza responsabilizar quem produza lesão ao meio ambiente, por danos materiais e/ou morais, pois todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225 da CF).
2. Ainda que seja possível responsabilizar o causador do dano pelos prejuízos materiais e morais, a responsabilidade pelo dano moral coletivo e difuso (inciso IV do art. 1º da LACP) há de estar fundada não só no sentido moral individual, mas especialmente na acepção de prejuízo à coletividade (em face da pulverização de vítimas ou indeterminação delas), por força da sua indivisibilidade.
3. De qualquer sorte, o prejuízo difuso e coletivo deve estar evidenciado nos autos. Se o prejuízo moral não estiver demonstrado, estando a questão indefinida pelas instâncias ordinárias e ausente a indicação de violação do sentimento coletivo da comunidade local, a conclusão inafastável é de desacolhimento da pretensão externada pelo recorrente.
4. Recurso especial desprovido.

A EXMA. SRA. MINISTRA DENISE ARRUDA:

O eminente Ministro Relator Luiz Fux, apreciando o recurso especial, deu-lhe provimento.

(...) A seguir, pediu vista dos autos o Ministro Teori Albino Zavascki, que, divergindo do Relator, negou provimento ao recurso especial, assim sintetizando seu entendimento:

“PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. DANO MORAL COLETIVO. NECESSÁRIA VINCULAÇÃO DO DANO MORAL À NOÇÃO DE DOR, DE SOFRIMENTO PSÍQUICO, DE CARÁTER INDIVIDUAL. INCOMPATIBILIDADE COM A NOÇÃO DE TRANSINDIVIDUALIDADE (INDETERMINABILIDADE DO SUJEITO PASSIVO E DA INDIVISIBILIDADE DA OFENSA E DA REPARAÇÃO). RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.”

Em face da divergência, pedi vista dos autos.

2. A divergência que os autos revelam diz respeito à possibilidade de ressarcimento, em face de ocorrência de dano ambiental, não só pelos prejuízos materiais, claramente identificáveis e passíveis de recuperação em sede de obrigação de fazer, mas também de danos morais ou extrapatrimoniais, em face de prejuízos a interesses coletivos e difusos, lesionados pela atuação nociva ao meio ambiente, por ação e omissão dos apontados réus.

Como se vê nos autos, a sentença, sem maior fundamentação nesse tópico, limitou-se a afirmar: *“... condeno, também em dano moral, 'pelo descaso e pela ilicitude da conduta dos réus para com o Meio Ambiente da Comarca de Uberlândia', que fixo em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para cada um dos réus”* (fl. 382). Note-se que tal indicação, ou seja, descaso e ilicitude da conduta dos réus, foi o fundamento da condenação pelos prejuízos materiais.

Entretanto, o c. Tribunal do Estado de Minas Gerais, em acórdão da lavra do Desembargador Antônio Hélio Silva, veio a afastar a condenação em danos morais, asseverando: “A *condenação dos apelantes em danos morais é indevida, posto que dano moral é todo o sofrimento causado ao indivíduo em decorrência de qualquer agressão aos atributos da personalidade ou aos seus valores pessoais, portanto de caráter individual, inexistindo qualquer previsão de que a coletividade possa ser sujeito passivo do dano moral. (...) Por certo, quando o dano apurado em ação civil pública for causado a um indivíduo, que comprove ter sido lesado em seus valores pessoais, não há dúvida de que possível será a condenação em danos morais.*” (fl. 462).

Se de um lado a r. sentença se omitiu em fundamentar a condenação por dano moral, o v. acórdão do Tribunal *a quo* mencionou a inviabilidade de tal condenação, por não ocorrer, no caso, lesão a direito da personalidade, de caráter individual, afastando a aludida condenação, pela ausência de lesão a valores pessoais da coletividade.

Daí a irresignação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em sede de recurso especial, alegando violação do art. 1º da Lei 7.347/85, e pleiteando o provimento do recurso especial para que, reformado o acórdão, “... *seja restabelecida a condenação imposta na sentença e elevado o valor da indenização a título de dano moral coletivo para a importância de R\$ 250.000,00 para cada recorrido*” (fl. 496).

A mesma divergência verificada em primeiro e segundo grau de jurisdição se apresenta no recurso especial, pois o Ministro Relator Luiz Fux acolhe o recurso para admitir a condenação dos réus em dano moral, enquanto o Ministro Teori Albino Zavascki nega provimento ao recurso.

Examinando os autos, e ainda que admitindo a possibilidade de ocorrência de dano moral em hipótese de verificação de dano ambiental, creio que o caso dos autos, em sua particularidade, não comporta condenação pelo alegado dano moral ambiental. Aliás, a simples dicção do art. 1º da Lei 7.347/85, apontado como violado, não revela a ofensa pretendida pelo recorrente, pois as hipóteses ali elencadas indicam a possibilidade de se responsabilizar por **danos morais e patrimoniais** qualquer lesão ao **meio ambiente**, ao **consumidor**, a **bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico**, a **qualquer outro interesse difuso ou coletivo**, nos termos dos incisos I a IV do preceito legal referido.

É certo que a Constituição Federal, no Título 'Da Ordem Social', assegura que **todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações** (art. 225).

Entretanto, ainda que a doutrina majoritariamente admita a possibilidade de ocorrência de dano moral ambiental, para que haja a responsabilidade patrimonial ou extrapatrimonial, deve esse dano atingir a esfera subjetiva das pessoas, físicas ou jurídicas, de molde a atingir aspectos de sua personalidade ou honra objetiva, indicando um prejuízo moral apto a ser indenizável. Essa concepção tem sido alterada para se admitir o dano moral ambiental, com alcance **coletivo e difuso** (inciso IV do art. 1º da LACP), decorrente da proteção constitucional (art. 225 da CF).

É o que ensina José Rubens Morato Leite (**Dano Ambiental – Do Individual ao Coletivo Extrapatrimonial**, 2ª ed., São Paulo: RT, pp. 316/317):

“O dano extrapatrimonial coletivo não tem mais como embasamento a dor sofrida pela pessoa física, mas sim valores que afetam negativamente a coletividade, como é o caso da lesão imaterial ambiental. Assim, evidenciou-se, neste trabalho, que a dor, em sua acepção coletiva, é

um valor equiparado ao sentido moral individual, posto que ligado a um bem ambiental, indivisível de interesse comum, solidário e ligado a um direito fundamental de toda coletividade. Revela-se que não é qualquer dano que pode ser caracterizado como dano extrapatrimonial, e sim o dano significativo, que ultrapassa o limite de tolerabilidade e que deverá ser examinado, em cada caso concreto.

*As dificuldades de avaliação do **quantum debeatur** do dano extrapatrimonial são imensas; contudo, este há de ser indenizado sob pena de falta de eficácia do sistema normativo. Portanto, compete ao Poder Judiciário importante tarefa de transplantar, para a prática, a satisfação do dano extrapatrimonial ambiental. Abrindo-se espaço para o ressarcimento ao dano extrapatrimonial, amplia-se a possibilidade de imputação ao degradador ambiental.”*

Esse entendimento há de ser analisado dentro do que se convencionou chamar de *pulverização de vítimas* ou *indeterminação* delas, pelo seu conteúdo coletivo e difuso, mesmo porque no mais das vezes o dano ambiental revela-se irreparável, pela impossibilidade de retorno ao *statu quo ante*. Mas, por certo, haverá situações em que o dano extrapatrimonial poderá ser reparado com medidas objetivas de reparação física e indenização em dinheiro pelo dano moral coletivo e difuso.

Na hipótese dos autos, as dificuldades acima indicadas mostram-se claramente, visto que, comprovado o dano ambiental, buscou-se a reparação pela recomposição decorrente da obrigação de fazer. No entanto, no aspecto extrapatrimonial, não se procurou evidenciar a efetiva existência do dano coletivo e difuso, restando a questão indefinida pelas instâncias ordinárias, pois a r. sentença não identificou objetivamente tal tipo de dano (coletivo e difuso), responsabilizando os réus *pelo descaso e ilicitude das condutas* (o que implicaria em dupla condenação, pois tais aspectos autorizaram a condenação por danos materiais), enquanto o c. Tribunal de origem afastou a sua existência, sob o fundamento de ser descabida a interpretação de que todas as hipóteses legais (incisos I a IV do art. 1º da LACP) autorizariam a indenização por danos morais.

Não vislumbro, no exame dos autos, qualquer evidência de violação do sentimento coletivo da comunidade local.

Afastar tais conclusões, *data maxima venia*, implicaria reexame de matéria fática, tópico esse apto a fazer incidir a Súmula 7/STJ.

Por tais razões, pedindo vênias ao eminente Ministro Relator Luiz Fux, e por outros fundamentos, acompanho a divergência, para negar provimento ao recurso especial.

É o voto.

ANEXO D - VOTO DO MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

O EXMO. SR. MINISTRO FRANCISCO FALCÃO: Para melhor exame da matéria pedi vista dos autos. A questão em tela resume-se na viabilidade, ou não, da condenação por dano moral coletivo, em face de conduta ofensiva ao meio ambiente.

O Ministro Relator, entendeu ser possível tal condenação.

O Ministro Teori Albino Zavascki e a Nobre Ministra Denise Arruda divergiram ao se posicionarem pela impossibilidade da condenação em comento.

Pedindo vênias ao eminente Ministro Relator, perfilho-me ao entendimento exarado nos votos divergentes, uma vez que a hipótese dos autos, ou seja, dano ambiental, não comporta, em sua generalidade, a responsabilização por dano moral do agente causador da ofensa ao meio ambiente, porquanto para a condenação em dano moral, faz-se impositiva a comprovação de que o estrago alcançou a órbita subjetiva de terceiros, atingindo *uti singuli* a pessoa, de forma a lhe causar desconforto de caráter individual.

Tais as razões expendidas, NEGOU provimento ao recurso. É o voto-vista.

ANEXO E - VOTO DO MINISTRO JOSÉ DELGADO

O SR. MINISTRO JOSÉ DELGADO: Debate-se, no recurso especial em exame, se há possibilidade de condenação em dano moral coletivo em sede de ação civil pública onde se discute a reparação de danos ao meio ambiente.

O eminente Ministro Luiz Fux, relator, entendeu ser possível condenar o infrator do meio ambiente por dano moral coletivo.

(...) O eminente Ministro Teori Albino Zavascki assume posição oposta, negando provimento ao recurso do Ministério Público.

Na mesma linha de pensar, embora por fundamentos diferentes, posicionou-se a Ministra Denise Arruda, acompanhando o Ministro Teori Zavascki, isto é, pelo não-reconhecimento, na espécie, de dano moral.

Pedi vista dos autos. Apresento o meu voto.

Estou de acordo com as razões desenvolvidas pelo Ministro Luiz Fux. Além da doutrinação exposta no voto que apresentou, acrescento o pensamento de José Ricardo Alvarez Vienna, em "Responsabilidade Civil por Danos ao Meio Ambiente no Direito Brasileiro" (de acordo com o Código Civil de 2002), tese de mestrado ainda não publicada, com exemplar em meus arquivos.

O referido doutrinador leciona (pp 188/195):

"5.2 Dano Moral Ambiental

Falar em dano moral ambiental ainda pode deixar muitos surpresos. Afinal, onde estaria o sentimento de dor, angústia, desgosto, aflição espiritual no plano do meio ambiente.

A propósito, a discussão envolvendo dano moral sempre foi objeto de acirrados debates no cenário jurídico. Longo foi o caminho percorrido de sua cogitação até seu efetivo reconhecimento, primeiro pela doutrina e mais tarde pelos Tribunais. Aqueles que negavam sua aceitação sustentavam desde a imoralidade de se compensar a dor com o dinheiro, até a dificuldade em se aquilatar sua real ocorrência. Todavia, a Constituição de 1988, reconheceu taxativamente a existência e pertinência desta modalidade de dano. Em seu artigo 5º, inciso V, o texto Magno fez constar: “é assegurado o direito de resposta proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem”. No mesmo sentido, o inciso X, do mesmo artigo, com os seguintes dizeres: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

A Súmula nº 37 do Superior Tribunal de Justiça, corrigindo anteriores distorções em relação à matéria, assentou: “são cumuláveis as indenizações por dano patrimonial e moral oriundas do mesmo fato.”

Seguindo essa orientação, o mesmo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 227, com a seguinte narrativa: “a pessoa jurídica pode sofrer dano moral”.

*O novo Código Civil. Lei n. 10.406/02, ratificando essa postura, em seu artigo 186, não se olvidou em prever, também, essa modalidade de dano. Observe-se a **redação de** tal dispositivo: “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito” extrai-se do disposto na Lei n° 7.347, de 24 de julho de 1985, com nova redação dada pela Lei n° 8.884. de 11 de julho de 1994320, a saber:(sic)*

Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados:

II – ao meio ambiente;

III – a bens e direito de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IV – a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.

Pois bem. Uma vez reconhecido no plano normativo, de forma expressa, a viabilidade dos danos morais ao meio ambiente, como se identificar e se precisar a sua ocorrência diante de uma situação concreta?

Com efeito, a manifestação dos danos morais ambientais vai se evidenciar da mesma maneira que os danos morais individuais, ou seja, com um sentimento de dor, constrangimento, desgosto, infelicidade, angústia etc. A única diferença diz respeito ao titular desses sentimentos. Enquanto no dano moral individual o lesado será o sujeito unitário – individualizado –, no dano moral ambiental esse sentimento negativista perpassará por todos os membros de uma comunidade como decorrência de uma atividade lesiva ao meio ambiente. Tem-se, assim, aquilo que a doutrina vem denominando dano moral coletivo.

O dano moral ambiental, dessa forma, irá se contrapor ao dano ambiental material. Este afeta, por exemplo, a própria paisagem natural, ao passo que aquele se apresentará como um sentimento psicológico negativo junto à comunidade respectiva.

Nessas condições, o dano material ambiental poderá ou não ensejar um dano moral ambiental. Dependerá de como tais eventos irão repercutir na comunidade onde se situa o bem ambiental afetado. Se gerar um sentimento de comoção social negativo, de inquietude, de desgosto, haverá também um dano moral ambiental.

Inúmeros são os exemplos de danos morais ambientais. Cite-se, por primeiro, o episódio ocorrido no Município de Araucária, envolvendo a Petrobrás, em 16 de julho de 2000, consistente no vazamento de quatro milhões de litros de petróleo, atingindo os rios Barigüi e Iguaçu, estendendo-se por 40 km por este último rio. Na ocasião houve comprometimento das águas, da flora e fauna ali existentes. Houve impacto emocional e inquietude geral junto à comunidade municipal, estadual e nacional. Os efeitos foram sentidos até pela população do Município de União da Vitória, situado a aproximadamente 300 quilômetros do local dos fatos, que corria o risco do comprometimento de abastecimento de água.

Os mais diversos meios de comunicação, tanto no âmbito regional, quanto nacional, noticiavam com frequência o ocorrido, denotando o quadro de gravidade então instalado. Foi nesta perspectiva que o Deputado Federal Rafael Greca, em ofício dirigido ao Procurador de Justiça Saint-Clair Honorato Santos, responsável pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Meio Ambiente, consignou: “Nossa comunidade está estarecida com as proporções do ocorrido”... “O impacto ecológico só não é mais grave do que o impacto social, pelo pânico

disseminado entre as populações ribeirinhas, e pelo péssimo exemplo de comportamento ambiental manifestado pela lentidão em serem tomadas as primeiras providências – ao que parece só formalizadas com os expedientes funcionais de segunda-feira”.

Diante desses acontecimentos, não há como recusar a incidência de dano moral ambiental face ao quadro crítico, de pânico e comoção social, junto àquela comunidade após a degradação ambiental.

Em apertada síntese, portanto, assevera-se que o dano moral ambiental é perfeitamente admissível em nosso sistema. Além de contemplado, expressamente, pelo ordenamento jurídico, não encerra incompatibilidades empíricas para sua ocorrência ou identificação. Sua aferição é até mais fácil do que no caso do dano moral individual, porquanto evidencia-se com um sentimento público de comoção e perturbação a determinada comunidade como decorrência da degradação ambiental. Além disso, difere-se do dano ambiental comum, o qual afeta o patrimônio ambiental em sua concepção material, enquanto o dano moral corresponde a um sentimento psicológico social adverso suportado por determinado grupo de pessoas.

Por fim, assenta-se que o dano moral ambiental pode concorrer ou não com o dano ambiental comum, o que não obsta o concurso de indenizações, na esteira da Súmula nº 37 do Superior Tribunal de Justiça.”

Isso posto, com o meu pedido de vênia, acompanho o relator para dar provimento ao recurso.

É como voto.